

# REFORMAS: GOVERNO TENTA MASCARAR O REGIME DITATORIAL.

Repudiadas pelas oposições como um mero truque jurídico para disfarçar o regime ditatorial, finalmente as reformas do governo foram aprovadas pela Arena. Para tanto, o governo teve que fazer duras ameaças: fechar o Congresso Nacional e baixar o pacote por meio do AI-5 (Pág. 3). Almino Affonso, ex-Ministro do Trabalho, analisa a crise do regime, a candidatura Euler, as articulações partidárias e os rumos das oposições. (Pág. 5)



## NICARÁGUA

nem a morte amedronta mais (Pág. 9)

# EM TEMPO!

SEMANÁRIO NACIONAL - NÚMERO 30 - Cr\$ 10,00 - 25/9 A 1º DE OUTUBRO DE 1978

## FUTEBOL - GUERRA:

# Os jogadores se matam em campo

O caso Valtencir, segundo João Saldanha e Marcos de Castro. E Plínio Marcos fala sobre a destruição do nosso futebol de várzea. (Pág. 12)



Valtencir: morte aos 32 anos, no Estádio Willie Davis, de Maringá.

## UEE: voto nulo não convence.

A União Estadual dos Estudantes de São Paulo vai defender o apoio aos candidatos populares nas eleições parlamentares de novembro. A decisão foi tomada no II Congresso da entidade, que rejeitou a proposta do "voto nulo", hoje com insignificante representatividade na oposição brasileira. (Pág. 4)

## PARTIDOS POLÍTICOS E DEMOCRATIZAÇÃO

Pela primeira vez, depois de longos anos, um curso sobre partidos políticos. Um debate aberto com professores e pesquisadores em Ciência Política. Origens e Teoria. Crítica das experiências partidárias. Avaliação das perspectivas atuais.

- Dia 4 Origens de Formação dos Partidos Políticos Modernos  
Luiz Werneck Vianna
- Dia 9 Teoria dos Partidos Políticos  
Francisco C. Weffort
- Dia 11 Partidos Políticos no Brasil: 1945-1964  
Maria do Carmo Campello de Souza
- Dia 16 Experiência do Trabalhismo no Brasil  
Almino Affonso
- Dia 18 O Bipartidarismo: 1966 a 1978  
Fábio Wanderley Reis
- Dia 23 Partidos Políticos: uma avaliação das perspectivas atuais.  
José Alvaro Moisés
- Dia 25 Movimento Socialista e Partidos Políticos no Brasil  
Norestan Fernandes
- Dia 30 Mesa redonda: conferencistas e convidados especiais.

De 4 a 30 de outubro, às segundas e quartas às 20:00 horas.  
Local e Inscrições: Rua Martiniano de Carvalho, 156 São Paulo 289.2008.  
Preço: Cr\$ 500,00.  
Atenção: Só 80% de frequência dará direito ao certificado de conclusão.

Associação Brasileira de Imprensa - São Paulo  
Jornal EM TEMPO  
Grupo Educacional Equipe



# Sindicatos: quem é o agente da CIA?

A vingança do super-pelego Ari Campista tarda, mas não falha. Dois meses após o carnaval que os sindicalistas autênticos fizeram no seu quintal, no Congresso da CNTI, questionando e abalando seu poderio, Campista começou a atacá-los, na semana passada. Lula, de São Bernardo, foi o primeiro da lista. O que pretende Ari Campista? O jornalista Antônio F. Nunes responde num artigo na pág. 7. Leia nas páginas centrais a continuação da reportagem-denúncia sobre a infiltração da CIA no sindicalismo brasileiro, através da USAID, agência do Departamento de Estado do governo americano, do IADESIL e do ICT, dois órgãos feitos para tentar domesticar os sindicalistas.

Jorge Semprum,  
exclusivo:

Jorge Semprum, ex-dirigente do Partido Comunista Espanhol e escritor, explica, em entrevista exclusiva, sua militância clandestina e expulsão do partido; critica "a falta de menção dos partidos stalinistas"; e revela a motivação de seus livros "A Longa Viagem", "A Segunda Morte de Ramón Mercader" e "Autobiografia de Federico Sanchez", que já vendeu mais de 250 mil exemplares só na Espanha.

(Pág. 10)

# GERAIS

## Estudantes paulistas em greve por restaurante

Os estudantes da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo estão em greve desde o último dia 11, em repúdio ao fechamento arbitrário de seu restaurante pela diretoria da escola, o que ocorreu diante da recusa dos alunos em aceitar o aumento de Cr\$ 13,00 para Cr\$ 18,00, imposto como condição para o funcionamento deste restaurante.

Até 1973, a Escola de Enfermagem contava com residência para os alunos, café da manhã, almoço e jantar gratuitos. Tudo isso foi aos poucos sendo suprimido, tornando claro o descaso

do Governo para com a educação e sua perspectiva de incentivo ao ensino privado.

A enfermagem, no Brasil, é exercida em grande parte por mão de obra não especializada e barata, normalmente atendentes de nível primário. A enfermagem de nível superior é restrita a uma infima parcela que frequenta a universidade e recebe formação baseada no modelo americano de atendimento. Ensina-se o cuidado integral ao paciente, altamente individualizado, ao passo que no mercado de trabalho o profissional é obrigado a trabalhar como

supervisor de ala, treinador de pessoal ou administrador de serviço.

Neste contexto, o fechamento do restaurante foi a "gota d'água" para o estouro do movimento. Através de ampla mobilização dos alunos e do trabalho de comissões de estudantes, foi marcada uma audiência com o governador do estado para esta sexta-feira e outra com o reitor.

O movimento continua tentando a subvenção alimentar, tendo colocado agora como condições para o retorno às aulas a não reprovação dos alunos por faltas.

## Metalúrgicos mineiros em operação tartaruga

"Baixar a produção, já", foi a proposta aclamada pelos 700 metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem reunidos na segunda sessão de sua Assembléia Geral Permanente, realizada em contagem, dia 17, na sede do sindicato dos metalúrgicos. A operação tartaruga foi decidida diante da intransigência patronal, que no dia anterior havia concedido apenas um aumento escalonado de 8%, além do índice do governo, para os que ganham até três salários mínimos. Essa porcentagem iria se reduzindo gradativamente até não haver aumento para as faixas salariais acima dos 12 salários. Diante disso a reivindicação dos metalúrgicos manteve-se firme 20% além do índice para a categoria, piso salarial de Cr\$ 3.000,00, além de uma série de outras vantagens.

Na semana que antecedeu a assembléia, as comissões Salarial e de mobilização junto com a direção do sindicato promoveram uma série de reuniões específicas por empresas, onde foi possível avaliar melhor as condições de cada fábrica e avançar as discussões sobre a organização do movimento. Apesar de ter sido bom o comparativo a estas reuniões só da Mannesman mais de 400 operários viu-se que ainda eram precárias as condições para greve imediata. Esta avaliação foi confirmada pela maioria dos presentes à Assembléia Geral.

Alguns operários, no entanto tinham uma visão diferente: O zoadio das máquinas não deixam os patrões ouvir as nossas reivindicações. A fumaça das fábricas impede que eles enxergem as nossas condições de trabalho. Vamos dar pra eles um prazo até 5ª feira. Ai é 20% ou greve. Porém com as máquinas paradas o patrão vai ouvir o operário.

Mas a proposta que prevaleceu foi de um membro da ex-chapa 2 um operário montador: Os patrões estão intransigentes. Eles se vão sentir quando nossa ação doer em seus bolsos. É para a greve que devemos partir. Mas ainda estamos fracos e não podemos deixar abotar o nosso movimento. Vamos

então aumentar a nossa organização durante este período de negociação ampliando o movimento de greve para fábrica e enquanto isso vamos fazer doer no bolso dos patrões. Vamos baixar a produção. Já.

Na hora de colocar a proposta em votação o presidente do Sindicato, o notório João Soares da Silveira, lançou por terra a capa de sindicalista autêntico que está procurando vestir - as assembleias e demais reuniões vinham sendo conduzidas de forma bastante democrática e, surpreendentemente, suas decisões vinham sendo postas em prática. Ele se negou a colocar a proposta em votação com algumas justificativas vagas sendo necessário que um operário fizesse uso da palavra e ele próprio colocasse em votação a alternativa da operação tartaruga, vivamente aclamada pelo plenário.

Agora continuam as reuniões por fábricas, e se inicia o esforço de gradativamente, ir-se ampliando a tartaruga, inclusive para testar as condições da greve.

### Férias para desmobilizar os operários de Betim

Nesse mesmo domingo os metalúrgicos de Betim, se reuniram em Assembléia marcando o início da campanha salarial com as mesmas reivindicações dos seus companheiros de BH/Contagem. Ou seja, 20% acima do índice do governo e piso salarial de Cr\$ 3.000,00 entre outras. Esse município, próximo a Belo Horizonte, concentra mais de 10 mil operários trabalhando principalmente nas filiais da Krupp, FMB e Fiat. E a luta dos trabalhadores que apenas se iniciou no dia 17, já esbarra com as artimanhas das multinacionais.

Com o objetivo claro de desmobilizar os metalúrgicos, a Fiat, por exemplo já decretou férias coletivas desde 4ª feira dia 20 até o dia 2 de outubro, período em que os operários terão condições de se mobilizar de forma a apresentarem suas reivindicações até a data base para negociações a alternativa de apelar para o dissídio se não quiseram aceitar as propostas dos patrões.

## PCB: Fim do "grande processo".

Dia 19, o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha iniciou o julgamento do processo 159/71, onde 64 pessoas eram acusadas de tentarem reorganizar o Partido Comunista Brasileiro. Após 17 horas o Conselho resolveu, por unanimidade, absolver 11 e considerar prescritas as penas de Luiz Carlos Prestes e os outros 53 acusados.

### Exilados, desaparecidos, mortos.

O Processo 159/71 que teve origem num IPM de 1969, se refere principalmente à realização do VI Congresso do PCB, ocorrido em 1967. Entre os 64 acusados, 8 estão desaparecidos desde 1974 e 1975, conforme denúncias de suas famílias e do Comitê Brasileiro pela Anistia. São eles: o ex-deputado David Capistrano da Costa, Hiram Lima Pereira, Itair José Veloso, Elson Costa, Jaime Miranda Amorim, João Massena Mello, o ex-deputado Luis Ignácio Maranhão e Orlando Bonfim Junior.

O tratamento recebido na prisão, e a própria passagem do tempo, levaram à morte 5 acusados: Lourival Guimarães, Umberto Lucena Lopes, Ramiro Luchesi, Antonio Mourão Filho e Roberto Morena. Também não compareceram ao julgamento 8 acusados, que atualmente se encontram exilados: Luis

Carlos Prestes, Gilvan Cavalcanti, Dinardo Reis, Armando Ziller, Zuleika D'Almeida, Agliberto Vieira de Azevedo, Givaldo Pereira dos Santos e Hércules Correia dos Reis. A ex-banida Maria Nazareth da Rocha, responde ao processo em separado.

### Confissões e torturas

Na ausência de provas documentais ou periciais, a acusação se baseava nas confissões dos acusados (14 acusados estavam presentes), obtidas sob torturas brutais, conforme denunciaram em juízo, os que foram presos e conseguiram permanecer vivos. As dezenas de relatos feitos em audiências e as narrativas se parecem, trazendo a marca da violência que tem caracterizado a ação dos órgãos da repressão política no Brasil.

Otacílio Nunes Gomes, acusado no processo, declarou que foi preso em 1º de junho de 1970, sendo levado para interrogatório no CENIMAR. Transferido para o DOI-CODI, ali foi torturado nos dias 22 e 23 de junho, com choques elétricos, telefones e pau-de-arara. Segundo afirmou, chegou a ficar psicologicamente desequilibrado, cortando os pulsos com pedaços de vidro, numa tentativa de suicídio. "Em tal situação - afirmou

Otacílio - confessaria qualquer coisa".

Renato de Oliveira Mota, outro acusado, afirmou no seu depoimento, ter sido sequestrado por 4 homens e levado dentro de um Volks para local ermo, onde permaneceu sendo torturado durante 13 dias. Seus sequestradores se referiam ao local como "Colina". Segundo Renato, não haveria eletricidade e os choques elétricos provinham de uma bateria instalada no local. Levado depois até as imediações de sua residência, Renato diz que foi obrigado a passar para outro carro, quando então lhe fizeram concordar que, oficialmente, estava sendo preso naquele momento e local. Transferido para o DOI-CODI, Renato foi interrogado. Segundo declarou, as perguntas que lhe faziam, eram as mesmas que lhe tinham sido formuladas no local que seus sequestradores denominavam "colina".

São apenas dois dos relatos, entre tantos que dão conta de como foram efetuadas as investigações que instruíram o processo 159/71. O advogado Sobral Pinto, fazendo a defesa de Luis Carlos Prestes, denunciou as violências que marcam os julgamentos políticos no Brasil. "Torturar um homem de tal forma, que já não é necessário laudo médico. A vítima é seu próprio laudo, bastando olhar para ela".

## Estudantes mineiros em greve. Com motivos de sobra.

Em Belo Horizonte três escolas da UFMG estão em greve: Farmácia, Arquitetura e Letras.

A primeira a paralisar suas atividades totalmente foi a escola de Farmácia. Logo após ter sido aprovado pela Câmara o projeto que regulamenta a profissão de biomédico, os estudantes daquela escola assumiram esta posição. "A partir desta data 14/9/78 estaremos em greve por tempo indeterminado e só retornaremos às aulas normais, quando o Poder Executivo se manifestar no sentido de retirar no mínimo, o artigo 3, que é mais lesivo à saúde pública, pois da ao biomédico condições legais de exercer análises clínicas, toxicológicas e de alimentos, sendo que em hipótese alguma são formados para tal fim".

No domingo dia 17 foi realizada uma assembléia onde compareceram 400 pessoas, estudantes, profissionais e representantes das entidades de classe, da qual foi redigido um "Manifesto" para ser levado em Brasília exigindo a retirada do artigo e que o projeto não votado a nível de lideranças. A outra exigência da assembléia é que as entidades presentes em Brasília; Conselhos regionais, Conselho Federal de Farmácia, DAs e alunos presentes lá articulem um congresso Nacional onde deve ser elaborado um projeto que regulamente o profissional de Bioquímica.

Ainda do domingo saíram 3 ônibus para Brasília com 90 estudantes de Belo Horizonte, Ouro Preto, e Alfenas - e na segunda-feira mais 2 de Juiz de Fora para levar e pressionar junto com as outras caravanas de outros Estados o atendimento de suas reivindicações.

Além das três faculdades de Farmácia mineiras B. Horizonte, Juiz de Fora e Ouro Preto em greve, também estão paralisadas: Recife, Londrina, Ponta Grossa, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Fluminense e Fortaleza.

A paralisação da Escola de Arquitetura no dia 18 foi devido às precárias condições de ensino e a principal reivindicação dos seus 600 alunos é o fechamento do Laboratório de Projetos e Pesquisas, ou que este se volte realmente a atender os interesses do curso e não do diretor da escola como vem acontecendo desde a sua implantação a dois anos atrás, pois este vem obtendo altos lucros com o seu funcionamento. Os estudantes descrevem assim a atuação do LPP, "seu funcionamento é igual ao de um escritório de arquitetura, embora acobertado pelo nome de "laboratório", utilizando não só recursos materiais da escola, como também quase sempre o nome de professores e alunos para legitimar sua existência".

O diretor Henrique Oswald de Campos, além da sua já comprovada prática autoritária, é também acusado de arrendar a gráfica da escola para particulares o que torna impossível a publicação de trabalhos produzidos pelos estudantes.

### Intervenção policial na Universidade

"Pela primeira vez foi tomada uma atitude às claras contra a rotina de intervenção policial na Universidade". Essa é a avaliação de um dos diretores do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais, com relação ao pedido de demissão da diretoria da Faculdade de Letras. Pressionada pela Polícia Federal, que exigia dela a confirmação de nomes e endereços de alunos, membros do DA da gestão passada (77/78), a professora Maria Luiza Ramos preferiu se demitir do cargo que ocupava desde maio desse ano.

O pedido de demissão apresentado à Reitoria da UFMG, na quinta-feira passada, provocou a imediata mobilização dos estudantes do curso, que em assembléia geral decretaram greve até a volta da ex-diretoria. Enquanto isso eles permaneceram na Faculdade, promovendo debates e discussões sobre temas como a estrutura do poder na universidade ou sobre a orientação do próprio currículo.

## Natal: estudantes protestam na UFRN.

Os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN em Natal que há anos enfrentam duras restrições para defender seus direitos devido ao clima repressivo que toma conta daquela Universidade, estão agora em luta aberta contra a reitoria. Desta feita tudo começou durante as eleições, para o Diretório Central dos Estudantes - DCE. Como o mandato da gestão 1977/78 do DCE encerrou-se em fins de junho a reitoria aproveitou o período de recesso escolar (mês de julho) para marcar as novas eleições, a pesar de antes ter prometido fazer convocação quatro mil por mes, contando com horas-extras e os trocados na base de dois mil e cem cruzeiros.

Segundo os estudantes, a reitoria procurou primeiramente esvaziar a sucessão do DCE, mas na verdade - ela não ficou apenas nisso nomeou interventores para os cargos de presidente e vice da entidade, usurpando assim o direito de representação estudantil.

Na última semana, um manifesto assinado pelo DEC e DAs denuncia que a intervenção teve aspecto claro de manobra, visando beneficiar um dos candidatos inscritos para concorrer ao pleito (elemento dócil à reitoria). Além disso, diz o manifesto o candidato apoiado pela diretoria anterior e pela maioria dos DAs. Os estudantes impetraram mandado de segurança contra a arbitrariedade da UFRN.

# FINAIS

**GREVE DE FOME** Após dois dias de "greve de fome", os 2500 operários da Brown Boveri, em Osasco, voltaram, na semana passada a fazer suas refeições no restaurante da empresa. A "greve de fome" foi motivada pela péssima qualidade da comida servida pelo restaurante. Após os dois dias os operários conseguiram, além da melhoria das refeições, que lhes fosse apresentado um cardápio antecipado no início de todas as semanas.

**PROFESSORES** Os professores da rede particular de ensino de São Paulo estão convocando para uma assembléia geral no dia 24 próximo, às 9 horas, no Curso

Politécnico - R. Afonso Pena, 272. Nesta assembléia pretendem discutir o encaminhamento de suas reivindicações salariais e exigir o direito de livre participação nas eleições sindicais. A Chapa 2, de oposição, é quem está assumindo as reivindicações dos professores em contraposição à Chapa 1, de continuidade do atual Sindicato. A chapa 2, porém, está sofrendo um processo de impugnação. Os professores estão aguardando o resultado do processo. Esperam ainda resposta do sindicato à sua solicitação de convocação de uma assembléia da classe para encaminhar a reivindicação de 20% de aumento.

**MOTORISTAS** No dia 16 de setembro os motoristas e cobradores das empresas de transporte coletivo de Jundiá entraram em greve. Começaram um dia antes a avisar os passageiros que poderiam parar, o que ocorreu, apesar do Sindicato que só agiu emitindo uma nota pedindo paciência. Os grevistas reivindicam 40% de aumento, sem compensação no próximo dissídio, em contraposição aos patrões que propuseram 20% em duas parcelas: a primeira, de 10% a partir de 1º de outubro e a segunda a partir de 1º de novembro. Os motoristas recebiam aproximadamente quatro mil por mes, contando com horas-extras e os trocados na base de dois mil e cem cruzeiros.

**CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:** Aluizio Marques, Alvaro Caidas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares, Guia, Jorge Baptista, Marcelo Barabá, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Suplentes: Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

**DIRETORES:** Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).

Secretário de Redação: Carlos Moreira.

Produção e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

Editor-Geral: Jorge Baptista.

**EDITORIAS:** Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lúcia Almeida (sub-editores), Aluizio José Marques, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Maria Cris-

tina Plau, Marlene Oliveira, Marion Frank, Suzana, Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Gerardo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Cultura: Aquinaldo Mayer, Arnaldo Xavier, Cláudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gilberto Morgado, José Arrabal, Maria Rita Kehl, Mateus Sampaio, Nadine Haber, Paulo Nassar, Sérgio Aili, Sérgio Squilanti, ARTS: João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (gratificação), Belo Maringoni, Duto Bicalho, Siam, Martinez, (ilustração), Ennio Brauns Jr., João Roberto Martins F., Niele Andrea (foto).

**Revista:** Alfredo Maria Camilo de Souza, Tomé.

**Arquivo-Pesquisa:** Luis Gabriel, J. Moura Marinho, Maria Outeiro, Silvestre Prado, Rubens Adorno.

**SUCURSAL:** Brasília (SCS - Edifício Maristela, s/1103): Luiz Carlos Marina Jurez, Reolte (R. Anibal Faicão, 127 -Fracas): Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Miranda (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebecca Scatur, Alzira Me-

deiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira, administração): Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe de sucursal), Edgar da Mata-Mechado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lúcio Santos, Maíra Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barceia, Paulo Vilas, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Araújo, (administração): Curitiba (R. José José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Reinaldo Alem, Paulo Alegre (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letícia Menezes, Sosa (redação): Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont, Salvador (Av. 7 de setembro, 202 - s/501): Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria, Rio de Janeiro (R. de Lapa, 200 s/408): Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Lela Meireles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Barabá, Marcos Arão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caidas.

**ESCRITÓRIOS:** Aracaju (SE): David Dantas, Campinas (SP): Fátima Barbosa, Rinaldo Barros, Florianópolis (SC): Fernando Vidal, João Sampaio, José Adelfo, Paraíba (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gerardo de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr., Vinício de Araújo (administração e distribuição), João Pessoa (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos, Natal (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis.

**ADMINISTRAÇÃO** (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edvard Luiz Silva, Evira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Vereia, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes.

Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcelino Piccini (São Paulo), Arnaldo Alonso Barbosa (Belo Horizonte), Adelmo Oliveira (Salvador).

Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

**EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.

Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 250,00

## AJUDE EM TEMPO A SEGURAR O ROJÃO!

Bomba à mineira, não. Tutu, sim. Em Tempo não se intimida com os atentados que vem sofrendo. Mas, bombas ajudam a causar rombos no orçamento. Dê uma força para a imprensa combativa e independente. Faça uma assinatura de Em Tempo, ou convença os amigos.

Ajude um jornal malcriado a continuar jogando francelino no ventilador.

## Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão.....  
Idade.....Endereço ..... Bairro.....  
Fone ..... Cidade ..... Estado..... CEP.....  
End. Comercial ..... Horário..... Fone.....  
Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A  
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.

Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 250,00

**EM TEMPO:** deiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira, administração): Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe de sucursal), Edgar da Mata-Mechado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lúcio Santos, Maíra Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barceia, Paulo Vilas, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Araújo, (administração): Curitiba (R. José José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Reinaldo Alem, Paulo Alegre (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letícia Menezes, Sosa (redação): Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont, Salvador (Av. 7 de setembro, 202 - s/501): Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria, Rio de Janeiro (R. de Lapa, 200 s/408): Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Lela Meireles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Barabá, Marcos Arão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caidas.

# O TRUQUE DAS REFORMAS

Geisel "preferiu abdicar da força e submeter as reformas ao Congresso; o presidente fez-se merecedor desta atenção" disse o senador Petrólio Portella ao abrir, quarta-feira passada, a sessão do Congresso que voltou o projeto de reforma constitucional do governo. Em troca da "atenção do presidente", Portella solicitou ao mesmo tempo que o MDB se somasse ao esforço governamental no rumo da normalização política do país.

No entanto, instantes depois, o Congresso vivia uma de suas sessões mais agitadas ultimamente, com vaia do MDB desnudando toda a hipocrisia de Portella bem como do regime. Pois, sob a tensão de uma eventual apoio de vários arenistas à emenda do senador Accioly, também da Arena, propondo a extinção do senador biônico, a direção parlamentar oficial bem como o próprio grupo do Planalto entraram em pânico.

Corria a notícia de que estava por um voto a diferença entre os dois lados da balança biônica, a partir da adesão à proposta de vários arenistas dissidentes. Portella tentou boicotar a votação usando de todos os expedientes; Geisel chamava líderes arenistas ao telefone para saber como andava a coisa, e até mesmo chegou a botar de plantão no Congresso seu assessor particular para vigiar tudo de perto.

Segundo o comentarista Carlos Chagas, "o presidente Geisel explodiu mais uma vez, acentuando que não admitia ser traído". E neste clima é que avisou à liderança arenista que se o Congresso não votasse as reformas tal qual as enviara elas iriam pela via do AL-5.

A importância do senador biônico é clara: se for extinto, muito provavelmente o MDB conquistará não apenas maioria na Câmara nas próximas eleições, mas também no Senado, passando assim a controlar o Congresso como um todo.

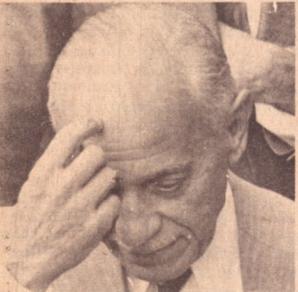
No entanto, o temor inicial logo passou. Na noite de quarta-feira as reformas foram aprovadas por 241 votos a 145, o MDB votando contra e o pedido de destaque para a votação da emenda Accioly foi igualmente rejeitado por 168 a 149 votos desde 131 do MDB e 18 dissidentes da Arena. De um lado a pressão do governo surtiu efeito sobre todos, em especial sobre a Arena. De outro, alguns emedebistas aderistas se ausentaram, deixando claro a crise do próprio partido oposicionista.

E com um desfecho como este para a primeira votação, o MDB deliberou ausentar-se da segunda e última realizada no dia seguinte, quinta-feira, repudiando assim a intransigência oficial. Ao mesmo tempo vários

sindicalistas que haviam ido na semana anterior a Brasília anotaram os nomes daqueles parlamentares que votaram pelo biônico, e promoveram denúncia-los na campanha eleitoral.

O episódio no seu conjunto traz algumas conclusões. Por um lado, o sentido das reformas fica claro no seu próprio nascimento: a ditadura da maioria reconhece que é minoria e se prepara para o cerco político vindouro que cresce. Mais do que isto, ela se mantém armada com o AI-5 até o final do ano, quando as reformas entrarão em vigor, para neste meio tempo fazer às ameaças da oposição que possam surgir. O que no limite pode significar que, dependendo das circunstâncias, não se terá reformas de espécie alguma: é a ameaça permanente de golpe.

Mas de outro lado os episódios do Congresso demonstram também que o grupo do Planalto já não consegue controlar tranquilamente sua bancada parlamentar, o que vem contradizer as declarações oficiais de que a eleição de Figueiredo a 15 de outubro está garantida. Pelo contrário, o que a votação das reformas revelaram é que o campo de manobra da equipe de Euler começa a se ampliar entre os integrantes do Colégio Eleitoral. E, nos dias que correm, o tempo tem contado a favor do avanço oposicionista e da desintegração das bases de sustentação do regime.



## Reformas não mudam o regime

- Fim das "punições"? Só depois das eleições.
- Estado de Direito? Uma artimanha jurídica.
- Pluripartidarismo? Menos para os trabalhadores.
- Habeas Corpus? Depois de 10 dias de pau.
- Congresso: mais coragem, menos poder.

Analisadas como um processo que começa em abril com o pacote, e não pretende terminar tão cedo, as reformas se revelam como um plano inteligente, rebuscando, com o objetivo essencial de travar o desenvolvimento exigido pelo crescimento das forças políticas de oposição. O regime sabe ser dinâmico, sabe ser realista procurando soluções bem amarradas, de modo a obter o máximo de resultados com o mínimo de exposição.

A contagem de cada dia começa até pelo encaminhamento das reformas, deixando para o período da campanha eleitoral, para dar ao governo munição propagandística (que felizmente o avanço real da consciência popular já esvaziou). E como tratar dos cassados, exilados, banidos e outros punidos pelo regime de força? A solução é abolir as punições, mas depois de fechadas as listas eleitorais deste ano.

O projeto das reformas, quando trata da admissão ou não no processo político de importantes lideranças populares e de oposição (inclusive algumas de oposição simplesmente liberal ou mesmo burguesa) propõe:

Os cassados e punidos que já cumpriram os dez anos regulamentares de afastamento do processo político, podem retornar a esse processo, porque fica modificado o artigo 185 da Constituição. Mas já não participam destas eleições, ape-

nas alguns participarão das eleições municipais de 1982 e a maioria, se tudo decorrer "lenta, gradual e seguramente", só participará plenamente do processo político legal em 1984. Além disso, ao não tocar deliberadamente na questão da anistia política, muitos nem poderão estar fisicamente presentes no país até lá.

O projeto, na verdade, seria negado em aspectos fundamentais caso sobreviesse uma anistia política e nesse sentido ele é, na intenção, antagônico à anistia política. O projeto procura impedir a participação política justamente quando ela é relevante. **No mesmo espaço político não cabem esse projeto e a anistia.** Nem mesmo um "Estado de Direito", que possa tranquilizar as consciências jurídicas, é instalado com a reforma.

Ao contrário do que pensa boa parte da opinião pública, não sem alguma ajuda do governo, as reformas não instalam um "Estado de Direito" no país, e não eliminam os Ato Institucional.

O seu artigo 3º revoga apenas aquilo que nos Ato "contrarie" a Constituição. O caso é grave porque nem mesmo é revogado o artigo 182 da Constituição, que diz: "Continua em vigor o Ato Institucional Nº 5 e os demais Ato posteriormente baixados". E nem o

artigo 181 que exclui esses atos e seus efeitos de apreciação judicial.

Porque teria o governo o desejo de manter essa ambiguidade no texto Constitucional? Porque criar de saída um território de disputas e interpretações sobre qual dispositivo dos Ato contraria a Constituição e qual não contraria? E se os Ato estão na própria Constituição, porque os artigos das disposições transitórias que os puseram lá não são eliminados? Afinal como podem eles contrariar uma Constituição da qual fazem parte?

É evidente, em primeiro lugar, que se existe algum ato, fato, decisão, ação, seja de quem for, de onde for, e como for, que não pode ser submetida a apreciação da justiça, então não está instalado um Estado de Direito no país.

Em segundo lugar, é evidente que o governo tem esperanças de que a correlação de forças em futuro próximo se inverta em seu favor, e quer manter à mão as armas da prepotência, (ainda que escondidas no fundo da gaveta) não só para usá-las quando puder ou precisar, mas até mesmo para conseguir essa reversão na correlação de forças.

### Aperfeiçoar os poderes

Dezenas de atos institucionais e complementares, tratando das mais variadas questões, tais como tributação, planejamento econômico ou orçamentos estaduais, que sistematicamente reforçam os poderes do governo e consolidam o autoritarismo ao nível administrativo (tão importante quanto o político-institucional), permanecerão em vigor porque não contrariam claramente nenhum artigo da Constituição. As reformas aliás, dão-se ao trabalho de aperfeiçoar esses poderes do presidente ao alte-

rar o artigo 55 que dispõe sobre os poderes do presidente de legislar na base dos decretos-leis, sobre segurança nacional, finanças, tributação, criação de cargos e vencimentos. Pelas reformas esses decretos leis passam a contar tempo para aprovação pelo Congresso só após o envio formal do texto e não automaticamente com sua publicação. Não está claro o sentido dessa mudança, mas uma interpretação possível é a de que o presidente ganha mais tempo até a matéria ser julgada, se assim o desejar. É o caso, do recente decreto 1631, que proíbe mais ainda determinadas greves.

### Novos partidos

Um dos objetivos principais do governo com as reformas é criar alternativas para o caso de um encerramento definitivo de suas próprias forças no campo do bipartidarismo, numa derrota de tal porte da Arena que se torne impossível governar, mesmo com todos os truques já inventados. A solução é o fim do atual sistema partidário permitindo a deputados e senadores que mudem de partido por um ano sem perigo de punição por infidelidade partidária. Mas os critérios novos cuidam de que o pluripartidarismo não possa servir de conduto para a livre expressão dos interesses populares. 10% de parlamentares, 5% dos votos nacionais com pelo menos 3% em 9 estados como requisitos para criação de novos partidos, mesmo num quadro de liberdades democráticas plenas, são critérios claramente autoritários e impeditivos de expressões mais populares.

Além disto proíbe-se aos partidos qualquer vínculo com entidades do exterior, o que ademais de ser uma hipocrisia num mundo de

multinacionais, é pretexto útil para eventuais impugnações de partidos de esquerda.

Resultado: o governo tenta isolar setores mais combativos da oposição e abrir campo para governar através de coligações de partidos conservadores se é que terá jôgo de cintura para tanto.

### "Estado de emergência"

A reforma traz alguns ganhos líquidos e certos no campo dos direitos individuais, como é o caso do restabelecimento do habeas-corpus, e da eliminação da pena de morte, confisco, banimento e prisão perpétua, para casos ditos de subversão.

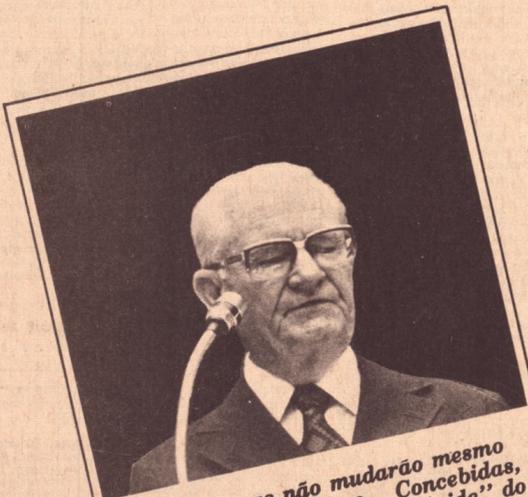
É indiscutível que só em casos de guerra com inimigo externo haverá pena de morte. Mas no caso do habeas-corpus para crimes políticos, permanecerá a brecha do artigo 59 da Lei de Segurança Nacional (que o governo promete mexer mas na qual ainda não mexeu), que dá ao encarregado do inquérito policial (e não ao juiz) o direito de deter o acusado por dez dias, incommunicável. Para que servem esses dez dias, que ninguém tenha dúvidas.

O projeto de reformas introduz um chamado "Estado de Emergência", que permite ao presidente tomar as mesmas medidas previstas no conhecido Estado de Sítio. Para isso o presidente precisa ouvir um Conselho de Estado, onde a maioria é formada por pessoas nomeadas pelo próprio presidente. O Estado de Emergência foi introduzido como suposta compensação ao fato de que foi eliminado o AI-5 (que na verdade como vimos não foi). Ao final o governo aceitou sem grandes resistências, duas modificações: uma não permitindo que o

presidente aumente a seu prazer o tamanho do Conselho de Estado, e a outra botando um limite de 60 dias na emergência (prorrogáveis por mais 60 é claro). O Estado de Emergência dá ao governo um poder adicional de intervir em associações de classes ou categorias profissionais. Evidentemente uma resposta autoritária a nova realidade sindical, e não uma resposta reformista ou liberalizante.

Ao mesmo tempo em que as reformas tomam todos os cuidados para que não seja perturbada a ordem política maior e não seja arrebatado ao governo o controle do processo, sem dúvida oferece algumas compensações significativas, aos parlamentares que individualmente permanecem na brincadeira. Assim, em primeiro lugar, haja ou não crise, haja ou não Estado de Emergência, de Sítio, o presidente não pode fechar o Congresso, e portanto legislar por decreto. Ao contrário, fica enfatizada a necessidade de um Congresso aberto em tempos de crise (o que não pode deixar de ser encarado também como uma conquista popular). Mais interessante é o fato de que o presidente já não pode cassar mandatos, exceto pela via mais difícil, menos dramática e menos segura, da cassação branca. Ou seja, mandatos ainda podem ser cassados, mas o presidente precisa abrir processo. Note-se que no projeto original bastava abrir o processo e no dia seguinte o parlamentar tinha seu mandato suspenso. O governo cedeu nessa questão, aceitando que a suspensão passe também pelos tribunais. Com as reformas, o parlamento, ganha mais coragem, mas não ganha poder deliberativo a mais, e corre o risco de tornar-se, por assim dizer, mais cúmplice do sistema. (Jonas Pereira)

## Pacote de Abril: 'a égide das reformas'



As reformas não mudarão mesmo a natureza do regime... Concebidas, como disse Geisel, "sob a égide" do pacote de abril, elas só podem ser entendidas em toda a sua trama se ligadas às medidas repressivas do ano passado.

Se descontarmos o fato de que o governo inverte de propósito o significado das palavras, a começar por chamar de "revolução" a uma contra-revolução, e de "reformas políticas" a um projeto com intenções primordialmente anti-reformistas, poderemos admitir que o general Geisel não escondeu de todo o sentido de seu projeto de reformas.

As reformas não alterarão a substância do regime, disse ele ao Alto Comando, em novembro do ano passado, em parte para tranquilizar os generais, mas principalmente porque essa é a característica central do projeto. E na mensagem ao Congresso em março deste ano, Geisel revelaria, para espanto dos que ainda acreditavam na distinção "lenta, gradual e segura", que as reformas seriam feitas "sob a égide" do pacote de abril.

É bom recordar o que foi o pacote de abril. A idéia nasceu, obviamente, com a derrota do governo nas eleições de 1976, confirmando os prognósticos, feitos pelos analistas palacianos: as eleições de 1974 inauguraram um período de acelerado desgaste do tipo de mascaramento encontrado pelos golpistas de 1964, para a ditadura - o bipartidarismo com "eleições" periódicas e rotatividade do poder central, mas sempre com base nos membros do Alto Comando.

Já para as eleições de 1976, Geisel havia baixado a Lei Falcão, vedando o

debate político pela televisão durante a campanha eleitoral, tido como um dos motivos da derrota de 1974. O pacote de abril não só estende essa proibição para todas as eleições, mas promove, na verdade, uma modificação substancial nas regras do jogo, tentando neutralizar o avanço das forças democráticas.

O que faz Geisel? Em primeiro lugar, inventa um pretexto para fechar o Congresso e poder baixar o pacote de abril, o que é conseguido através da remessa de uma proposta de reforma do judiciário para aprovação em regime de urgência. A oposição vota contra, Geisel fecha o Congresso e decreta:

- Eleições indiretas para governadores. Fica assim assegurada a eleição de governadores da Arena para todos os Estados, exceto Rio de Janeiro.

- Aumento do número de deputados federais e novos critérios para distribuição das cadeiras pelos diversos Estados, dando mais peso às regiões rurais, onde a oposição é menos desenvolvida; alteração nos critérios de composição dos colégios eleitorais para eleições indiretas também com o mesmo objetivo. O governo se inspira claramente na idéia do "cerco da cidade pelo campo", já que as oposições estavam destruindo o esquema formal do regime, através do cerco do campo pelas cidades.

Duas medidas são especialmente importantes e nos remetem diretamente ao atual projeto de reformas:

- A anulação da eleição direta para um em cada três senadores (criação do senador biônico).

- Alteração do quorum exigido para emendas constitucionais, de dois terços dos membros do Congresso, para maioria absoluta (metade mais um).

### Tudo amarrado

Com a criação do senador "biônico", Geisel garantiu além dos quatro senadores arenistas, eleitos em 1974, e que portanto permanecem até 1980, mais 21 senadores no mínimo. Fica bastando a ARENA, portanto, eleger pelo voto livre e direito, nove senadores apenas em um total de 44 vagas (duas por Estado), para ter maioria no Senado. Com a ajuda da Lei Falcão, da criação, também pelo pacote de abril, de até três sub-legendas para o Senado (uma para a UDN, outra para o PSD e a terceira para o grupo populista local eventualmente existente), a tarefa é das mais fáceis.

Além disso, no pacote de abril o governo reduziu a maioria necessária para emendas à Constituição de dois terços para metade mais um, já pensando nas reformas que faria um ano e

meio depois para poder mudar o esquema, sem precisar do MDB, que tem mais de um terço dos votos, não menos da metade.

Mas e se o próprio MDB, no futuro, obtiver maioria simples no Congresso e quiser modificar a Constituição?

Para impedir que isso aconteça, o governo, agora com as reformas, concentra uma espécie de poder de veto no Senado, onde terá virtualmente a maioria graças aos biônicos. Essa é a importância dos biônicos. Assim, a reforma determina que emendas à Constituição precisam ser aprovadas pela "maioria absoluta dos votos dos membros de cada uma de suas casas" (Câmara e Senado), quando o texto atual diz "maioria absoluta dos membros de suas casas".

As reformas têm esse dispositivo especial de segurança, que vai impedir, de agora em diante, qualquer iniciativa realmente reformista por parte do MDB que não seja do gosto do governo. Como esse dispositivo, até agora não existia, fica evidente o papel altamente repressivo das reformas, fechando ainda mais os mecanismos de deliberação do país, já anteriormente estreitados pelo pacote de abril. O governo como que se encastela, para resistir a tantos anos de cerco político quanto necessários na esperança de que afinal, um dia as coisas mudarão a seu favor. (S.P.)

# A DERROTA DO VOTO NULO

O voto nulo não é mais aquele. É o que comprova o recente Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, que decidiu por maioria de votos entre os 464 delegados representantes de 85 escolas apoiar os chamados **candidatos populares**, nas próximas eleições de 15 de novembro, quando haverá renovação de deputados estaduais, federais e senadores nas casas parlamentares.

A anulação do voto era uma tendência predominante no movimento estudantil brasileiro no período de 1964 a 1974, ano em que começou a sofrer abalos, diante da perspectiva de participação no processo eleitoral via MDB.

Sem dúvida alguma, o ponto mais positivo e de maior importância do II Congresso da UEE foi essa tomada de posição dos universitários. Nada menos que oito plataformas (ver quadro) políticas foram apresentadas previamente nas faculdades, alinhando-se politicamente em três grandes blocos, com nuances ou divergências claras em cada um deles. As tendências **Refazendo**, **Caminhando**, o Centro Acadêmico da Universidade de São Paulo da cidade de São Carlos, CAASO, e os grupos auto-intitulados **Independentes** coincidiam na disposição em participar das eleições. As tendências **Liberdade e Luta** e **Viramundo** assumiam o voto nulo. E **Resistência** e **Novo Rumo Socialista** só estavam dispostas a apoiar os candidatos que considerassem operários e socialistas.

## Resultado democrático

A deliberação saiu após um agitado processo de votação, no qual primeiro

**A recusa em participar das eleições parlamentares de novembro convence cada vez menos setores da oposição. No Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, a palavra de ordem de anular o voto ficou em minoria. 61% dos delegados decidiram que o mais certo para a entidade é apoiar os candidatos populares e assim contribuir para isolar ainda mais o regime militar.**

definiu-se se os estudantes apoiavam ou não a participação nas eleições — sem entrar ainda no mérito ou na natureza desta participação.

Assim, na primeira votação, 238 delegados manifestaram-se favoráveis à participação nas eleições, enquanto 180 se abstiveram, e apenas 2 votaram contra. Os que se abstiveram eram em geral delegados alinhados com aquelas tendências que pregam o voto nulo ou o voto apenas em candidatos operários e socialistas; eles queriam um processo de decisão distinto, com uma única votação e as três alternativas já delineadas. Os dois votos solitários declararam ter sido eleitos em suas escolas para defender o voto nulo e por isso não concordavam com a participação nas eleições: 244 delegados apoiaram o voto em candidatos populares; 55 o voto apenas em candidatos operários e socialistas; e 123 delegados se abstiveram, entre eles majoritariamente os que defendiam o voto nulo.

Encerrada a fase de deliberação, a tendência **Liberdade e Luta**, declarou que reconhecia aquela deliberação como democrática, mas que solicitava o registro do número de delegados favoráveis ao voto nulo nas próximas eleições parlamentares, na medida em que a maioria deles havia optado pela abstenção nas votações ante-

riores. O plenário aceitou a solicitação e registrou-se 100 delegados contrários a qualquer forma de participação nas eleições.

## Congresso representativo

Com seis horas de atraso, na tarde de sábado, dia 16, instalou-se o II Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. E os debates começaram pelo questionamento de representatividade do encontro. Foram mais de duas horas de acirrados discursos, em que alguns setores do



movimento estudantil alegavam que o Congresso carecia de representatividade para deliberar e propunham que apenas houvesse discussões, mas não se votasse nada. Mas a ampla maioria dos delegados acabou votando o Congresso como representativo e deliberativo, num resultado saudado por um estrondoso coro: "Viva a UEE"! Abaixo o manobristmo!"

Uma avaliação do número de escolas que têm participado da UEE pode espelhar mais claramente o que foi a reunião. Em agosto de 1977, participaram do I Congresso, de fundação de entidade, 78 escolas representadas por 600 delegados, aproximadamente. Das eleições da diretoria, no início do ano, participaram 110 escolas. Nesse II Congresso, em que pese as debilidades por que passa hoje o movimento estudantil paulista, participaram no sábado 84 escolas, através de 451 delegados, e mais 23 escolas que enviaram delegados como observadores. No domingo 464 delegados representaram 85 escolas e assumiram, na sua maioria, todas as decisões do Congresso. Assumiriam, na prática, a resposta de uma questão colocada por um delegado, ainda no início dos debates: "A o que está presente é como vamos romper com a nossa debilidade. E isso só pode ser respondido se

nos apontarmos claramente como os estudantes devem intervir na conjuntura."

O final do primeiro dia do Congresso foi gasto em saber se deveriam ou não ser considerados representativos os delegados eleitos em Reuniões Abertas das escolas, na medida em que o Conselho Estadual de Entidades havia determinado três critérios para a tirada de delegados: discussões em classe e voto em urna; congresso interno ou assembleia geral. Os estudantes decidiram pela participação dos 29 delegados eleitos em reunião aberta, considerando que devido às debilidades que marcam hoje o movimento, esse processo deveria ser considerado representativo e adequado à realidade de algumas escolas.

No dia seguinte, além da discussão do ponto central do Congresso, a posição dos estudantes frente às eleições de 15 de novembro, e do adiamento da discussão sobre a reconstrução da UNE para o IV Encontro Nacional de Estudantes, decidiu-se quais os mecanismos de funcionamento e participação na UEE: manteve-se os atuais organismos, Congresso Estadual de Delegados, Conselho Estadual de Entidades e Diretoria, além das diversas comissões de trabalho (ensino, cultural, imprensa e esporte finanças).

Abaixo publicamos um quadro com o resumo das propostas apresentadas pelas diversas tendências. Entre elas, apenas **Refazendo**, **Liberdade e Luta** e **Caminhando** têm expressão estadual mais significativa. As porcentagens estão baseadas no total de votos bem definidos, isto é, naqueles delegados que optaram por uma das três alternativas. (Cobertura de Sergio Alii)

## Os estudantes e as eleições de novembro

### Votar em candidatos populares 61%

#### Refazendo

"Essas eleições já não enganam ninguém, nem mesmo mereceriam este nome, pois o governo que as convoca proíbe a livre organização partidária, tendo para tanto criado dois partidos que nunca representaram os interesses da maioria, impedindo assim a livre organização e expressão das várias correntes políticas, que o contestam, e cerceia a liberdade de expressão, de acesso aos meios de comunicação (Lei Falcão).

Assim, são uma farsa enquanto eleições, mas representam um momento político muito importante, no qual as forças que hoje lutam consequentemente pelo fim da ditadura militar devem intervir para fortalecer esta luta.

Há a necessidade de se ter um voto de qualidade e não mais um simples voto no partido de oposição e se abre dentro do MDB um espaço para a colocação de programas políticos que se coloquem na perspectiva radical de fim do regime militar.

Achamos que o momento das eleições parlamentares deve ser um momento de agitação política, propagando de programas consequentes, buscando com isso abrir amplamente a discussão política dentro da sociedade; e colocar a perspectiva de organização independente em entidades livres.

Ahamos também que a melhor forma de intervir nas eleições de 15 de novembro é levando a proposta de voto em programas que levantem bandeiras de luta, que combatam o regime militar, programas letrados por candidatos que se comprometam com o Movimento Popular e sua organização independente. Portanto, achamos que, nestas próximas eleições, impor uma derrota ao regime é eleger os candidatos que:

- 1) Assumam a seguinte plataforma de lutas: liberdade partidária; liberdade de organização e expressão; criação da UNE; anistia ampla geral e irrestrita; liberdade sindical.
- 2) Que coloquem seu mandato a serviço da organização independente do movimento popular; que façam a denúncia das limitações do parlamento e se comprometam a atuar com prioridade no movimento vivo.
- 3) Que tenham um histórico de presença e luta junto ao movimento popular.

A UEE-SP, através do seu Congresso, deve apoiar exclusivamente os candidatos que cumpram os requisitos acima enunciados, na perspectiva de fortalecimento do movimento popular independente e da derrubada do regime militar".

#### Caminhando

"As eleições mais uma vez vão se dar num clima bem pouco democrático. Lei Falcão, senadores biônicos, impugnação de candidatos mais combativos, com apenas dois partidos que não conseguem expressar, nem de longe, os interesses do povo brasileiro, etc.

Apesar de todas essas limitações, acreditamos que o processo eleitoral possa ser utilizado para levar, a amplos setores da população, o debate sobre seus problemas mais sentidos, contribuindo para elevar seu nível de compreensão da realidade, de organização e de interferência na vida política do país.

Acreditamos que a melhor forma de conseguir esses objetivos é, além de denunciar as limitações das eleições e reivindicar eleições livres e liberdade partidária, apoiar candidaturas que defendam programas claramente comprometidos com as lutas populares, e que trabalhem por sua organização efetiva. Ou seja, apoiar os candidatos:

1. que defendam o programa democrático que sintetiza o objetivo central de todos os setores oprimidos hoje, que é a conquista de liberdades, o fim do regime de repressão; liberdades democráticas; anistia ampla e irrestrita; fim de toda a legislação repressiva; convocação de uma Constituinte livre, democrática e soberana;
2. que lutem pela ampla melhoria das condições de vida do povo das cidades e do campo, defendendo o fim do arrocho salarial, luta contra a carestia, liberdade sindical, etc.

Todos os candidatos que defendam este programa e se proponham a trabalhar, antes e depois das eleições, pelo avanço do movimento popular, devem ser apoiados pelos estudantes, principalmente aquelas candidaturas ligadas efetivamente às organizações populares de base, ligadas à luta nas fábricas, nos bairros, nas escolas, etc.

O processo eleitoral pode dar ainda mais uma contribuição importante para o fortalecimento do movimento popular: hoje os setores populares estão indo em frente em suas lutas e organizações, mas ainda de forma isolada, pulverizada por todos os recantos do país. Para que tenhamos uma interferência efetiva nas decisões políticas, é preciso que nos unifique-mos de modo a podermos agir unitariamente e de forma organizada em todos os momentos, atirando para o nosso lado um número cada vez maior de setores opositivos. Por isso, acreditamos ser importante que os estudantes apoiem a formação de uma Frente Popular Eleitoral, que congregue todos os candidatos populares num trabalho conjunto de discussão das eleições e de divulgação de seus programas.

Caso esta iniciativa se concretize, poderá significar um passo decisivo para a atuação unificada e organizada das forças populares."

#### CAASO

(diretoria do Centro Acadêmico do campus da USP na cidade de São Carlos)

"Desenvolver a unidade popular em todas as frentes de trabalho derrotando com nossa força todas as iniciativas da ditadura é uma tarefa imediata. E hoje se trata de, nas próximas eleições, fazer o governo engulir uma fragorosa derrota juntamente com seu partido, a ARENA. Votando no MDB, e mais do que isso, nos candidatos populares que colocarem seu mandato a serviço das lutas do povo, em seus locais de trabalho moradia e estudo, estimulando suas iniciativas e fortalecendo suas organizações independentes.

Que as eleições não conseguirão expressar a vontade popular está claro. Partidos políticos comprometidos com nossos interesses são proibidos. A Lei Falcão está aí cercear ainda mais a restrita liberdade de discussão. A máquina eleitoral é cheia de corrupção e vicada.

Que o parlamento que aí está só não conseguirá realizar as transformações que desejamos não precisa nem falar. Pois a realidade tem mostrado que a coisa só vai pra frente quando arregaçamos as mangas e nos bairros, fábricas, campos e escolas nos organizamos e lutamos por nossos interesses.

#### Independentes

"Nesse processo de luta pela democracia no País, toma relevo a vitória do MDB nas eleições de 15 de novembro. Sabemos que se trata de um partido criado de cima para baixo através da manobra do regime que eliminou todos os partidos e criou o bipartidarismo, em 1965, através do AI-2. Com a intervenção dos setores populares no processo eleitoral, o MDB paulatinamente, conseguiu aglutinar bandeiras democráticas. Nesse sentido, para as eleições de 15 de novembro, o MDB representa a opção mais correta, pois é mais uma das fórmulas que o povo tem de se organizar e isolar mais ainda esse regime autoritário. Mais correto, na medida em que os candidatos democráticos e vinculados aos setores populares assumam na prática a luta pela total liberdade de manifestação e expressão a todas as correntes políticas, pela liberdade de organização sindical, pela anistia ampla, geral e irrestrita, por melhores condições de vida e trabalho para toda a popula-

ção, pela extinção de todo o aparato repressivo, pela convocação de uma Assembleia Constituinte livre e soberana, precedida pelo fim de todos os atos de exceção.

Acreditamos que o voto nulo é uma proposta equivocada na medida de representar um fator de demobilização, um não aproveitamento do espaço político proporcionado pelo momento eleitoral e uma subestimação do papel do parlamento na atual situação de luta democrática. Sabemos que o papel do parlamento é limitado, mas é uma das formas que o movimento democrático e popular deve saber utilizar em suas reivindicações e lutas concretas. Assim, os estudantes devem participar de forma ativa, inclusive na discussão e elaboração das plataformas dos comitês eleitorais etc., em torno dos candidatos do MDB comprometidos com as propostas realmente consequentes e populares."

### Votar em candidatos operários e socialistas 14%

#### Resistência

Não podem restar dúvidas acerca do papel do parlamento, como instrumento de dominação da burguesia assim como as suas ditaduras (formas abertas de dominação) os regimes parlamentares formas veladas de dominação podem ser utilizados pela burguesia, sempre que lhe for conveniente para sua manutenção no poder.

Neste momento se fortalece no interior da burguesia como forma de superação dos impasses da crise política do regime, seu projeto de institucionalização baseado em alianças partidárias o MDB e a Arena não servem mais nem mesmo a ditadura. O parlamento tende a se fortalecer, deixando de ser mera instituição de fachada se tornando um palco de articulações e barganhas entre os representantes diretos dos vários setores burgueses.

Tendo claro estas características da conjuntura atual, bem como a certeza de que no parlamento nunca poderá legislar os mais profundos interesses dos trabalhadores e do povo oprimido entendemos que a utilização do espaço parlamentar como um tribuna para agitar e propagar os interesses das classes trabalhadoras é uma das formas que hoje pode construir para o fortalecimento do momento de oposição socialista a ditadura.

Neste sentido propomos que o congresso da UEE se posicione frente às eleições parlamentares:

Pela participação nas eleições e no espaço parlamentar apoiando candidatos que se submetam a um controle de base, considerando o parlamento como frente secundária de luta, subordinação e a serviço da luta pela irrestrita liberdade de organização e manifestação aos trabalhadores e oprimidos; e na sua organização independente da luta contra a ditadura militar e suas reformas; na luta pelas reformas do partido dos trabalhadores, constituindo no interior das lutas populares, portando um partido extra-parlamentar.

Pela denúncia intransigente das eleições livres e diretas e da representação política sob o controle da burguesia; da farsa eleitoral do MDB, e do parlamento em geral enquanto instituição de dominação da burguesia, das reformas políticas, da Frente Nacional de Redemocratização, das alternativas "democráticas" da pequena burguesia que hoje só podem se materializar em projetos liberais de substituição da ditadura Militar e desviar o movimento operário e popular das lutas pela construção da sua democracia.

Que o candidato agite as concepções políticas da opção proletária que se volte para a resolução dos problemas atuais das classes trabalhadoras, que encaminhe a luta pelo fim da ditadura militar na perspectiva de um governo dos trabalhadores, do socialismo.

Nas situações em que não existirem candidatos comprometidos com um programa do interesse dos trabalhadores, e com a colocação do seu mandato a serviço do movimento operário e popular e com a denúncia intransigente do parlamento burguês, do MDB, da farsa eleitoral, etc. propomos que se vote NULO.

#### Novo Rumo Socialista

(Setor estudantil da Convergência Socialista)

"É necessário delimitar o divisor de águas entre os democratas de todos os matizes e os verdadeiros democratas que são os trabalhadores e os socialistas. Nesse sentido, não daremos apoio aos candidatos democratas e populares, que são na verdade burgueses e pequenos burgueses radicalizados que muito pouco, ou nada tem a ver com os trabalhadores. E por outro lado, consideramos incorreta a proposta de voto nulo, na medida em que não se dá no concreto uma alternativa para a classe trabalhadora.

Nesse sentido propomos o voto em candidatos operários, ou seja, apoiaremos os candidatos operários militantes, ativistas sindicais, que coloquem a questão da independência da classe, num programa classista, mesmo que não chegue ao socialismo, já que esta posição serve ao desenvolvimento do grau de consciência e de organização da classe operária e dos trabalhadores em geral.

Assim, como também propomos o voto em candidatos socialistas na medida em que consideramos a alternativa correta para resolver a crise da sociedade que é a crise em nosso país objetivando a formação de uma grande corrente socialista de massas. Nesse sentido, daremos preferência aos candidatos que além de socialistas, se posicionarem claramente pela construção do PARTIDO SOCIALISTA de massas como alternativa de organização política independente da classe trabalhadora, mesmo que não faça parte do movimento que coloca hoje, clara e abertamente, a construção desse partido, a CONVERGÊNCIA SOCIALISTA.

Finalmente, nos locais onde não existirem estes candidatos (operários e socialistas), consideramos que não existe alternativa e portanto, devemos votar nulo, colocando para os trabalhadores a opção de se organizarem independentemente, não de uma maneira abstrata, e sim de uma maneira concreta, que se organizarem na CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, o único movimento que coloca a questão do socialismo na construção do PARTIDO SOCIALISTA."

### Voto nulo 25%

#### Liberdade e Luta

Mais uma vez, como nos anos anteriores, os trabalhadores serão chamados a referendar nas urnas um regime que nem de longe é seu. Mais uma vez, os trabalhadores serão levados a apoiar um congresso fantoche que convive com as eleições indiretas, com o senador biônico, com a inexistência de liberdade sindical e partidária.

Porém, o momento destas eleições é bastante diferente dos anos anteriores. Hoje, mais do que nunca, é indispensável que os trabalhadores se posicionem claramente contra a farsa eleitoral que lhes foi imposta durante anos. Nem Arena, nem MDB, partidos criados artificialmente para sustentar o regime que aí está, são instrumentos da classe no seu combate, por maior que seja a crise interna desses partidos, por mais radicalizados que sejam as declarações dos seus líderes, por mais "oposicionistas" que os "radicais", "autênticos" ou "de vanguarda" possam se intitular.

Impressionados pelo palavreiro dos liberais, procurando a todo custo "abreviar" o caminho que os trabalhadores criam rumo à sua independência, votando às costas à classe operária quando tentam falar em seu nome, todos os intelectuais, "políticos", ilustres burgueses, oportunistas de todo o tipo correm a chamar a todos para a "unidade contra a ditadura militar" votando no partido que foi o seu suporte à esquerda durante todos esses anos. Para eles, não importa que o MDB seja uma farsa; que estas eleições sejam mais um engano para os trabalhadores ou que dentro do MDB estejam os mais eminentes defensores da classe dominante. Apesar de tudo isso, são todos unânimes em qualificar o MDB como "mais uma fórmula" de desgaste ao regime. Afinal, dentro dele se escondem candidatos "socialistas", "populares", "democráticos" e "progressistas" que acabariam por ter o dom de transformar o MDB em algo qualitativamente diferente: um partido dos trabalhadores. Todos acabam escondendo que os candidatos, antes de ser "populares" ou "socialistas", são do MDB.

Não existe melhor forma de desviar o movimento da classe do seu próprio caminho. Nada melhor do que transferir para terceiros as tarefas que somente

a direção nascida do combate da classe pode cumprir. É isso que fazem objetivamente, tenham consciência ou não, todos aqueles que se alistam na campanha eleitoral do MDB.

Uma coisa é a classe operária participar, inclusive de um parlamento ou de uma constituinte, com um partido próprio nascido do seu movimento. Outra bem diferente é delegar a representantes inscritos num partido da ditadura militar o poder de representá-la, dentro de todos os quadros do regime vigente. A alternativa a mais esta barreira ao proletariado brasileiro só pode ser uma: Abaixo a Ditadura; Liberdade Sindical e Partidária; Pelo Partido Operário; Pela Constituinte Democrática e Soberana — a síntese das reivindicações que apontam para a real solução dos problemas da classe operária e de todas as massas exploradas da cidade e do campo.

Sintomaticamente, aqueles que neste momento se colocam na defesa intransigente deste ou daquele candidato do MDB, são os mesmos que relegaram para segundo plano a luta pela Constituinte assim que o MDB a esqueceu. Da mesma maneira, é revelador perceber que mesmo aqueles que ainda falam da necessidade da Constituinte começam a deixar de lado a exigência da sua soberania, tergiversando sobre tudo e qualquer tipo de governo que conviva com ela, falando de fórmulas vazias como governo popular, dos trabalhadores, de transição etc.

Estas eleições marcarão um divisor de águas entre aqueles que se situam na defesa incondicional do movimento independente dos trabalhadores e os que desavisadamente correm atrás das propostas mágicas acenadas pelos democratas de última hora.

Por isso, propomos que o 2º Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo aprove moções, em nome dos estudantes do estado PELO VOTO NULO, PELA LIBERDADE PARTIDÁRIA, PELO FIM DA DITADURA MILITAR E PELA CONSTITUINTE DEMOCRÁTICA E SOBERANA. E essa é a única forma efetiva de consolidar a aliança do estudante do movimento independente da classe operária e de todos os demais trabalhadores."

#### Viramundo

"O que é o Congresso hoje? Em verdade, é um parlamento vazio do poder, inteiramente submetido às decisões do Executivo, sem autonomia. O Congresso já foi colocado várias vezes em recesso, quando não dançou conforme a música do Planalto, como se deu em abril de 77 (Reforma do Judiciário e os famosos "Pacotes"). Parlamentares são cassados sempre que assumem posições mais combativas.

A ARENA, partido dos grandes industriais, banqueiros e donos de terra, apóia incondicionalmente o Governo e defende seus atos em qualquer situação. O MDB, por sua vez, representa os interesses dos empresários prejudicados com o modelo econômico vigente (incentivo às grandes empresas e bancos, internacionalização da economia, estímulo às exportações).

Esses empresários, que durante os anos de "milagre econômico" aplaudiam a repressão sangüinária ao movimento popular, passaram a exigir maior participação nas decisões neste período de crise econômica (para salvar seus lucros ameaçados) e converteram-se em democratas, pedindo a volta ao Estado de Direito. Tanto ARENA quanto MDB são portanto farinha do mesmo saco, ambos partidos burgueses cujos objetivos são inconciliáveis com o conjunto dos setores populares (operários, bancários, professores, estudantes, camponeses, etc.). Que fez o MDB para merecer nosso apoio, nosso voto?

As eleições, por sua vez, são marcadas por um número infinito de restrições às liberdades políticas.

O que se conclui disso tudo? Ora, a 15 de Novembro se dará a farsa eleitoral, encenada pela Ditadura Militar com o fim de renovar Congresso fantoche, com a participação dos dois partidos por eles criados. Cabe-nos denunciar o pleito da ditadura bem como os partidos existentes.

O espaço aberto pelas eleições e o debate, ainda que restrito, a respeito da posição sobre o 15 de Novembro deve ser usado para propagandear um programa independente que coloque de forma clara as reivindicações, mais sentidas de estudantes operários camponeses e outros setores populares. Mas isto deve ser feito fora do MDB, para que o trabalho não reverta em benefício da burguesia aí representada. O MDB, como já dissemos, é o canal criado pela Ditadura para expressão dos setores descontentes, portanto os votos no MDB são um fenômeno que expressa aceitação desse mecanismo institucional do regime. O próprio Geisel explicita este ponto, quando declarou recentemente desejar que "ambos os partidos se consolidem", porque ambos são parte integrante do "sistema bipartidário

democrático". Não há sentido em denunciar o verdadeiro significado do MDB e terminar a denúncia com pedido de voto em um ou outro candidato desse mesmo partido. O voto em candidatos ditos "populares" ou "consequentes", ao não combater devidamente a oposição consentida, acaba semear ilusões quanto a esse partido. A organização dos setores populares deve se dar independentemente, à margem do controle burguês. O próprio "zero à esquerda" que foi o papel do MDB no vigoroso crescimento do movimento popular coloca claramente que não é através dele que se desenvolva e real luta dos setores oprimidos. Um partido verdadeiramente representativo dos setores populares ainda não existe e votar no MDB representa um desvio no caminho da organização desse partido dos trabalhadores. Tampouco o MDB representa um escudo protetor contra a repressão: a imunidade parlamentar não existe, como está amplamente demonstrado.

Por outro lado, existem hoje inúmeras possibilidades e trabalhos independentes que permitem a mobilização e organização autônomas. A própria conjuntura de crise política e econômica abre grande espaço para a formulação e propagação de um programa que reflita os interesses reais dos setores oprimidos e o engajamento de parte da população na defesa desse programa e do voto nesse programa, consequentemente voto nulo perante a ditadura militar.

A proposta dos estudantes de São Paulo para 15 de Novembro de 78 deve ser clara:

- VOTO NULO, porque não aceitamos a farsa encenada pela Ditadura;
- VOTO NULO, porque os trabalhadores e demais setores populares não têm um partido próprio para falar em seu nome no Parlamento;
- VOTO NULO, porque o Parlamento, no regime autoritário em que vivemos, deixou de possuir qualquer poder de decisão, transformando-se num mero referendário dos ditames emanados do executivo;
- VOTO NULO, pelo fim da Ditadura Militar;
- VOTO NULO, pela continuidade e fortalecimento das lutas populares na conquista de sua organização livre e independente, única forma de consecução de seus interesses;
- VOTO NULO, pela criação de partir das classes em luta de um Partido representativo dos interesses populares, comprometido inteiramente com esses interesses e totalmente livre do controle das classes dominantes."

# POVO, O PESADELO DE GEISEL.

Almino Affonso: "... a presença de um povo insatisfeito e impaciente é o pesadelo das noites do Palácio da Alvorada".

- Inicialmente, poderíamos tocar a questão da candidatura Figueiredo. No plano mais geral: que significado tem essa candidatura, enquanto expressão de contradições do próprio regime, enquanto interesse de forças sociais dominantes? Que representa Figueiredo?

- A candidatura do general João Batista Figueiredo, parece evidente, visa preservar em tudo quanto possa o regime autoritário. O projeto de reformas que o governo Geisel enviou ao Congresso não satisfaz, embora atenda a certas reivindicações. Na verdade, as reformas retêm mecanismos que possibilitam ainda o arbítrio, através das ditas "salvaguardas". Esse é o quadro no qual o general Figueiredo atuará, se o Colégio Eleitoral vier a elegê-lo. Não me parece uma situação política cômoda. As críticas que a sociedade como um todo, e em especial aos setores populares, fazem ao regime, indicam que já não basta atender parcialmente à aspiração democrática. O que queremos é a devolução ao povo do direito de decidir sobre seu próprio destino. Ocorre, porém, que de uma forma ou outra, há um espaço político hoje, que tende a aumentar a partir das reformas aprovadas. E isso se chocará com o resto do aparelho repressivo que sobreviverá durante o governo Figueiredo.

- Apesar da falta de informações mais exatas sobre o assunto, inúmeras notícias revelam hoje as tensões nos quartéis, as dissidências militares, etc. Fala-se aqui e ali de hipóteses de golpes, da hipótese de alteração das regras do jogo, particularmente do jogo sucessório. Como você analisa tais problemas?

- É válido dizer que o quartel não é uma ilha. A realidade existente no país tende a refletir-se dentro dos quartéis. Não estou me referindo às conspirações, mas sim que a presença da opinião pública influi diretamente os oficiais, levando-os a um comportamento diferenciado em relação ao passado. Eu tenho como certo, por exemplo, que 1964 não teria sido possível nas dimensões em que se deu, caso não houvesse contado com uma massa de apoio de classe média ponderável. Ora, passados quase 15 anos, eu digo que estamos numa situação quase que oposta. A população, de uma maneira cada vez mais nítida, reclama a democratização rápida. Sendo assim, a própria candidatura do general Euler Bentes Monteiro já é expressão deste contexto da sociedade refletido nos meios militares. Não tenho dados informativos que me permitam dizer se o general Euler conta ou não com determinado número de oficiais. Eu faço uma análise lógica:

eu diria que a candidatura não teria condições de existir se não houvesse apoios militares. O 15 de outubro, para mim, a partir desta análise sumária, é a primeira etapa de um processo que vai se alongar.

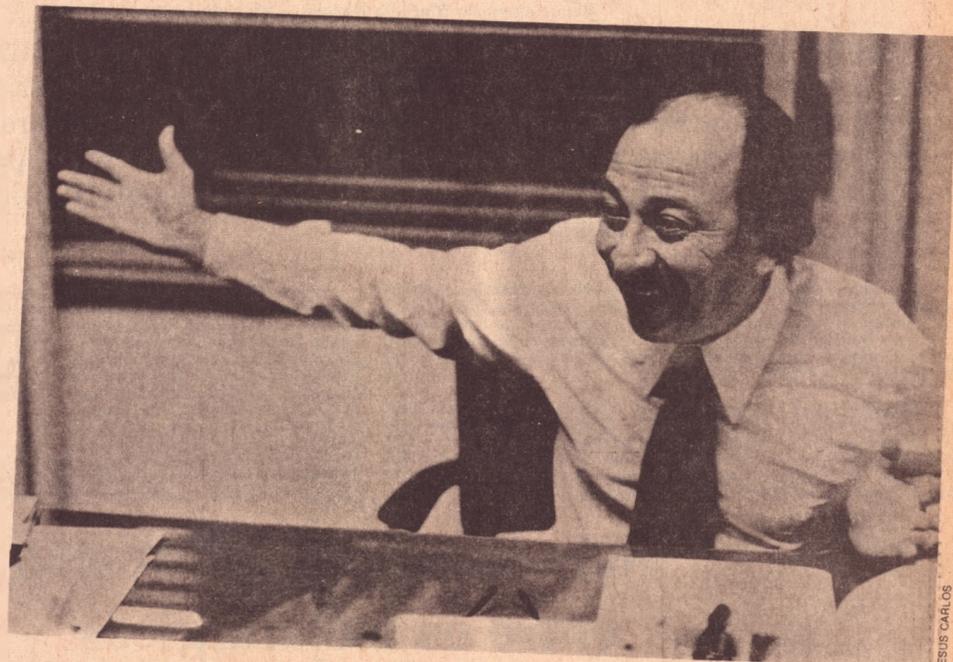
- Hoje, a campanha de promoção do general Figueiredo tem o apoio de vários grandes órgãos de imprensa. Moniz Bandeira, em entrevista no Pasquim, afirma que uma revista chegou inclusive a deturpar um depoimento de Brizola e outro seu (de Almino), porque tais depoimentos contrariavam os interesses da campanha Figueiredo. Você confirma?

- Os jornais são empresas. Vendem espaço. Logo, o apoio crescente que se nota pelo destaque dado às notícias favoráveis ao general Figueiredo, podem estar traduzindo simplesmente apoios resultantes de venda de espaço. O que, ademais, não tem nada de novo na crônica política brasileira. O novo é você notar que, apesar do regime conquistar as grandes empresas jornalísticas para a causa do seu candidato, o clima geral do país, o crescimento das forças democráticas, a pressão social e política dos setores populares; tudo isso tem condicionado a grande imprensa, obrigando-a a noticiar também as manifestações constantes contra o governo Geisel.

"Será possível que nós temos tão pouca capacidade, tão pouca imaginação. Será que não abrimos os olhos e vamos voltar a nos submeter à liderança de um Brizola? E quando eu falo de Brizola eu uso um símbolo. São os Almino Affonso, são os Doutel de Andrade, são fulanos e beltranos (General Ernesto Geisel, em Uruguiana, Rio Grande do Sul dia 14 último). Sem querer, Geisel recolocou no noticiário da grande imprensa três lideranças políticas do pré-64: o ex-governador gaúcho (Brizola), o ex-Ministro do Trabalho de Jango (Almino) e o ex-deputado trabalhista (Doutel), todos cassados.

Na semana passada Almino Affonso, hoje advogado, trouxe a recente declaração de Geisel e sobre a crise do regime. Propostas de novos partidos, e abordou o que ele chama de "socialismo democrático" como objetivo a ser alcançado a partir de uma democracia de massas.

Na entrevista abaixo, para conhecimento e debate das oposições, as idéias de Almino Affonso:



"É importante que pensemos desde já nos rumos organizativos pelos quais deveremos optar"



"O próprio general Euler tem dito que se ganhar leva. Eu tenho impressão que, de fato, ele leva".

- E a questão militar hoje em destaque, sobre se quem ganhar no Colégio Eleitoral leva ou não leva, toma ou não toma posse... esta questão lhe parece resolvida?

- Eu não tenho elementos de avaliação. No entanto, o próprio general Euler tem dito reiteradas vezes que se ganhar leva. Eu tenho impressão que, de fato, se ganhar ele leva. Claro, só impressão.

- Um outro assunto: as declarações de Geisel em Uruguiana. Ele fez referências diretas a você, Brizola e Doutel de Andrade, dando claramente a entender que não vai tolerar o "retorno ao passado". Como você interpreta a atitude de Geisel?

- Eu acho que a referência aos nomes de alguns políticos ligados ao governo deoposto em 1964, não se limita a uma crítica a essas pessoas dentro as quais me incluo. Na verdade, foi uma manifestação da dificuldade de conviver com correntes de posições diversas. Está claro que uma corrente de opinião não se exclui por ato de força pode-se durante muito tempo deter sua manifestação, mas na medida em que ela traduz algo que corresponda aos interesses sociais, cedo ou tarde ela se expressa. O grande temor do regime autoritário é a livre manifestação da vontade popular. No mais, são pretextos simbólicos, dispensáveis até. Na realidade, a presença de um povo insatisfeito e impaciente é o pesadelo das noites do Palácio da Alvorada.

- Poderíamos fazer um contraponto entre o que seriam os desdobramentos das propostas de Figueiredo e Euler, em termos de equacionamento da crise atual. Ou seja; até que ponto, a saída Euler conseguiria, de modo diferente de Figueiredo, assimilar as reivindicações populares atuais dentro de um governo transitório do tipo liberal?

- Quando tivemos a queda do Estado Novo, os seus primeiros anos foram marcados por profundas lutas reivindicatórias da massa de assalariados. Acreditado, portanto, que isso possa acontecer. De todo modo, estou convencido de que não se logra a normalização da vida política de um país, senão criando condutos políticos para que as pressões sociais se expressem.

- Tomando a comparação com o pós-Estado Novo, a explosão das lutas populares foi seguida de pesada repressão pelo governo Dutra. Pois bem. As atitudes recentes de Euler, suas reticências, quanto a reorganização da CGT e da UNE, sua negativa à legislação do PC, suas acusações de radicalismo ao grupo Convergência Socialista e coisas do gênero; tudo isso não estaria a prenunciar que a democracia de Euler - a semelhança da do Dutra - será incompatível com a plena participação popular?

- Tenho impressão que as forças democráticas em seu conjunto, e as forças populares em particular, são hoje mais significativas do que eram em 1945-46. Vale dizer: meu suposto é de que as franquias democráticas serão defendi-

das, sobretudo o direito dos trabalhadores se organizarem e lutarem por suas conquistas salariais, inclusive exercitando o direito de greve.

Tudo dependerá também da lucidez com que os setores populares atuem, porque avançar às vezes obriga a dar um passo atrás...

- Ainda Euler: a proposta deste general tem sido apresentada como um compromisso democrático. Entretanto são evidentes os compromissos de Euler com setores direitistas tanto na área política quanto na Militar. Na área política, são públicas suas ligações com Hugo Hugo Abreu, talvez com Sívio Frota e mesmo Médici. Na área política suas articulações visando a conquista de votos no Colégio Eleitoral se dão em cima dos mais reacionários da Arena e, evidentemente, surgirão daí compromissos. Então, Euler já teria sérias amarras...

- Não sei até onde há uma relação que se possa qualificar de aliança entre o general Euler Bentes Monteiro e setores de direita mais marcados. Tenho muito claro que sua candidatura expressa oposições as mais diferentes. Quero recordar que em Portugal, quando do regime salazarista, ruiu, quem tomou as rédeas foi o general Spínola, que era uma figura não apenas reacionária ideologicamente mas também comprometida com a violência repressiva em Angola. E, paradoxalmente, o general Spínola presidiu o processo de abertura política em Portugal, que comportou até a participação de forças de esquerda - como o socialista e comunista. E anotem que o general Euler, ele próprio, é um democrata...

- Mas, a semelhança do comportamento das esquerdas brasileiras frente a Dutra, setores das portuguesas não teriam também se equivocado em apoiar irrestritamente Spínola? Tais apoios, assim irrestritos não teriam gerado falsas ilusões nas massas populares, abrindo caminho para retrocessos posteriores?

- Não sei de apoio das esquerdas a Dutra. Mas eu me limito a destacar que, num determinado quadro, às vezes uma personalidade assume papéis além do que ele próprio é. O contexto social e político condiciona o indivíduo, impulsionando mais à direita ou mais à esquerda, independentemente de suas posições. Assim, acho que o quadro brasileiro, neste instante, condicio-

na a candidatura do general Euler em termos e um compromisso democrático maior. Porque o fato concreto, até onde se pode sentir, é que suas declarações de compromisso com as liberdades democráticas têm sido categóricas. Mesmo os exemplos que vocês me dão, como ressalvas ao comportamento político do general Euler, mereceriam um pouco de análise. Por exemplo, eu me pergunto se o general Euler Bentes se opõe a que os trabalhadores se organizem livremente em centrais operárias, ou numa central operária, o se o que lhe fere no ouvido é o nome CGT? Porque tal sigla encrespa a sensibilidade de aguçada de meios militares. Isto parece prosaico, mas às vezes a coisa ganha uma imagem tal que você discute menos o conteúdo e mais a imagem, influenciado por uma carga negativa emocional.

Eu não estou pretendendo de forma alguma, assumir a candidatura Euler Bentes como uma proposta popular. Eu busco apenas verificar até onde ela contribui para o avanço ou não, porque - no mais -, as próprias limitações que ele tenha, poderiam ser reformuladas pela dinâmica nova que ele venha a flagrar. De outro lado, é claro que os setores populares não devem renunciar sua identidade. Ao contrário, o apoio a uma candidatura como a atual, pelo que ela pode significar de aumento da abertura democrática, não deve implicar na renúncia dos setores populares a suas reivindicações particulares.

- Há também o problema dos parlamentares "autênticos" do MDB, que entraram de sola na campanha Euler, que investiram tudo nela. E agora, ao menos alguns "autênticos" se revelam marginalizados no processo da Frente Nacional de Redemocratização, sem chance de influir no rumo das coisas. Como você analisa o papel desses parlamentares e de Euler no caso?

- Não me parece que o que você aponta seja verdade. Tanto quanto eu saiba, alguns quadros dos "autênticos" têm participado da própria formulação da estratégia da campanha, têm sugerido vários pontos de uma plataforma que contém reivindicações básicas dos movimentos populares e tais sugestões têm sido aceitas. Não sei até onde, espontaneamente, o general Euler Bentes levantaria tais pontos.

- Então a campanha vai bem, a seu ver...

- Não. Tenho dito que há decepções. Veja a campanha em contato direto com as massas, transformando-se portanto em porta-voz dos interesses populares. Mas isso só é viável, sem dúvida, na medida em que as reuniões não mais se dêem a portas fechadas. É preciso ganhar os praças, as ruas. Não sei, porém, onde está obstáculo para que isso ocorra: se no geral ou se nas direções do MDB - mais conservadoras. Até estou informado, não tem contribuído para a presença do general se de um processo maior mobilização popular, através de comícios e outras formas.

- Almino: você sempre se situa no aqui e agora, frisando que a candidatura Euler é alternativa "deste instante". Ao mesmo tempo, você vê para breve uma fase de transição, a hipótese do governo Euler, onde os diferentes interesses sociais poderão e deverão assumir alternativas próprias. Logo, a Frente é bastante passageira. Pergunto: qual o fôlego desta Frente? Até onde ela vai?

- A frente Nacional de Redemocratização não chega sequer a ser algo formalizado. Ela, de fato, congrega os mais diferentes setores com vistas à reorganização institucional do país. Uma vez logrado tal objetivo, o reajustamento dos vários setores em função de seus interesses se dará inevitavelmente. Portanto, é importante que pensemos desde já nos organizativos pelos quais deveremos optar no instante em que a sociedade se abra em leque, de tal modo que os setores populares não fiquem a reboque das classes dirigentes.

- Se bem entendo, você acha que enquanto a sociedade não se abre em leque não faz sentido a criação de novos partidos, mas a manutenção da frente ampla bastante diferenciada como o instrumento eficaz para as liberdades democráticas. Interpreto corretamente?

- Sempre tenho enfatizado a necessidade do debate em torno da questão de novos partidos. Procurar tornar claro que se o debate não se der desde logo, ficaremos para trás no momento em que a coisa se torna oportuna. Faço distinção entre "debater" e "criar". Defendendo agora o debate, pois não creio que o debate afaste os aliados, o que o debate divide. Portanto, a prevaler um quadro com Figueiredo e as reformas devemos ter a suficiente flexibilidade para repensar bastante o que fazer. No entanto, eu tenho o direito de acreditar que a abertura termine sendo maior que a previsível. E a adequação entre nossa proposta e a sua execução, deverá dar-se conforme o espaço que tivermos contestando.

- Quais as suas propostas partidárias?

- Tenho defendido que nós precisamos de um grande partido popular. Um partido que não seja especificamente da classe operária, senão dos assalariados em geral. Um partido que assegure plena participação interna às suas bases. Isto supõe a necessidade de uma estrutura rigorosamente democrática, onde a participação se dê em todos os níveis. Um partido que possa, a um só tempo, projetar as lutas do amanhã, mas tenha raízes nas lutas do dia. Sustento ainda um partido que não tenha uma vida meramente eleitoral, que fique entre uma e outra eleição como uma espécie de agência aguardando um novo empreendimento que será a próxima eleição. Imagino um partido que tenha uma atividade pedagógica, que execute uma relação perfeita entre as lutas sociais e lutas política.

A grande tarefa imediata é a democratização da sociedade, o que implica em lograr num determinado prazo, uma democracia de massas. Em seu bojo, os setores populares irão se organizando automaticamente, pouco a pouco prefigurando a sociedade socialista e democrática do amanhã. Porque o partido deva ser comprometido com interesses populares, e porque deva ser democrático, eu o defendo numa projeção histórica - comprometido com o socialismo.

- Há atualmente na praça pelo menos três propostas de articulação

partidária no campo das oposições. Tem a proposta do novo PTB, a do PS e também a de um partido dos "autênticos" do MDB. Você admitiria a hipótese de confluência dessas três alternativas?

- Eu considero que a terceira alternativa não seria diferente do que eu tenho proposto. Tenho proposto um partido popular para o qual possam confluír as experiências socialistas, cristãs de esquerda, trabalhistas e marxistas não-organizadas. Em termos de aglutinação ideológica vejo como desejável que essas tendências possam encaminhar-se para um partido popular. O que vai depois, pouco a pouco, predominar dentro do partido é outra história, a partir das lutas entre tendências, como é natural em qualquer organização partidária.

- Sua definição de socialismo, dentro do debate clássico em torno do assunto, ocuparia que lugar?

- Não vejo como situá-lo senão através de dois elementos clássicos: monopólio social dos meios de produção e planificação social. Cabe acrescentar, no entanto, que eu imagino uma sociedade socialista democrática, que assegure também a possibilidade de tendências divergentes, de liberdades mantidas, de sorte que não troquemos um autoritarismo por outro.

- A seu ver, a "ditadura do proletariado", não na sua versão burocrática, mas naquela clássica de "O Estado e a Revolução" de Lênin, seria uma tese antidemocrática e, portanto, contraditória com as liberdades para os setores populares na sociedade socialista? Ou não?

- Este é um debate teórico de grande fôlego, que eu não gostaria de travar de afogadilho. Como você sabe, o tema está quente, recém começa a ser posto em debate na Europa... Eu considero que o melhor é enfrentá-lo com vagar, noutra oportunidade e não numa entrevista corrida.

- Outra questão: você tem escrito que a "democracia de massas", antes mencionada, deveria buscar formas de exercício da "democracia direta" e não simplesmente da "democracia representativa". Que quer dizer?

- Há uma crítica de que a chamada "democracia representativa", ou parlamentar, cada vez mais perde sua função, na medida em que a complexidade da ordem econômica capitalista vai exigindo, mais e mais, a presença de técnicos especializados. Assim, as mais importantes decisões de Estado são adotadas em pequenos círculos alheios ao parlamento. Enquanto o parlamento tende a tornar-se um mero centro de debates, as grandes decisões são tomadas em estreitos grupos técnicos do governo. Tais decisões se refletem na economia, na educação, no plano social, enfim, na política real. Ora, a partir de

experiências da Suíça e mesmo dos Estados Unidos, cientistas políticos vêm sugerindo alternativas novas: assegurar à cidadania o direito de intervir no processo legislativo. Ou seja: poderiam os sindicatos, as associações culturais, etc, propor medidas legislativas ao parlamento e este teria a obrigação de apreciá-las e de votá-las. Seria o direito de iniciativa legislativa popular. Outra forma: seria o poder de eleitorado revogar mandatos, de sorte que os representantes que passassem a trair os interesses populares seriam submetidos a nova eleição, confirmatória - ou não - de seus mandatos. São modalidades, a título de ilustração, de como criar uma participação mais direta, mais autônoma. Claro que o que estou sustentando supõe-se que haja liberdades democráticas, que haja liberdade de organização em todos os níveis.

- E as propostas trabalhistas em curso? Como você as encara?

- O que defini antes, muito rapidamente, como proposta partidária, foi em termos de características básicas que o partido se chama Partido Trabalhista ou Partido Socialista, para mim é um detalhe. Fundamental é que ele tenha compromissos populares e que tenha o objetivo histórico de construção da sociedade socialista democrática.

- Mas, de concreto, existe aí em cena o Brizola, sua proposta de um novo PTB e sua já declarada afinidade com a social-democracia... E então?

- Eu não vi nenhuma declaração do Brizola na qual ele defina a linha de um PTB. Tudo quanto tenho lido, em sua defesa do trabalho, não desce a especificações programáticas maiores. Realmente, nada sugere que ele encaminhará uma proposta social-democrata.

- Quais as suas diferenças com a proposta social-democrata?

- Acho que a social-democracia simplesmente não teria condições de se implantar entre nós, se tomarmos em conta o que ela é na Europa. É um tipo de regime que mantém o sistema capitalista, modernizando-o e assegurando uma ampla participação - em termos benefícios sociais - para a maioria do país. Salários justos, pleno emprego, alto nível de eficiência na previdência social, escolas para todos, etc. Imaginar esse tipo de projeto no Brasil de hoje, em que 95% da população assalariada está entre um e cinco salários mínimos, imaginar pleno emprego, etc, seria uma verdadeira explosão social, de tal ordem diferente, em suas consequências políticas, que não haveria como denominá-la de social-democracia. Entre nós, isso exigiria a própria transformação da sociedade. Logo, a questão coloca um falso debate.

- Nesse sentido, não haveria uma contradição entre a inviabilidade no Brasil da social-democracia, como você diz, e a viabilidade de progressiva "democracia direta" tal como você a definiu a partir de exemplos de países capitalistas avançados?

- Eu acho que as pressões que se desencadeariam sobre as instituições existentes, levariam a resultados que tanto poderiam ser um avanço como, de repente, um novo freio. Portanto concordo com suas observações. Mas não vejo como conseguir que as grandes massas do país se organizem sem assegurar-lhes participação. As duas coisas vão juntas, e afora este processo, o único que resta é contestatório e não me cabe discuti-lo. (Entrevista a Flávio Andrade e Jorge Baptista)



# A MÁGICA DA ASSISTENCIALISMO

A receita da CIA: sindicatos pouco atuantes no campo político, voltados para o assistencialismo, a soldo do imperialismo norte-americano, na defesa da harmonia entre o patrão e os trabalhadores. Mistura-se com a liberdade total de exploração e tempera-se com democracia para os lucros fabulosos dos empresários capitalistas. É este o modelo sindical "made in USA" que estão nos exportando.

Na semana passada, este semanário publicou a primeira parte de uma reportagem-denúncia do envolvimento da poderosa CIA - Agência Central de Informações, do governo americano - na tentativa de controlar o sindicalismo combativo no Brasil, através do treinamento de lideranças, da convivência das pelegos, e do financiamento do assistencialismo nas entidades de classe.

A Agência para o Desenvolvimento Internacional, USAID, ligada ao Departamento de Estado norte-americano, criou o Instituto Americano do Sindicalismo Livre, AIFLD ou IADESIL, que tem sedes no Brasil e age em São Paulo através do Instituto Cultural do Trabalho. O programa de adequação de sindicalistas em Front Royal e na Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos.

## Mais ênfase na infiltração entre os metalúrgicos

Em 1970, um relatório do Instituto Americano reconheceu que o impacto dos seus programas ainda era frágil "nas áreas de maior concentração urbana, onde o movimento sindical poderá ser de grande importância quando as coisas ficarem pretas". Sete anos depois, outro relatório avalia os resultados (positivos) da influência setor metalúrgico.

A partir de 1970, é possível se perceber uma mudança nos rumos táticos do Programa do Instituto americano de desenvolvimento do "livre sindicalismo". O mais evidente é a relação a uma ênfase maior no trabalho com os metalúrgicos. Até 1970, a maior parte dos projetos sociais é uma boa percentagem de cursos educacionais voltados para a assistência aos sindicatos rurais nordestinos.

Em 1970, o relatório de avaliação da eficiência do Programa no Brasil de 1963 a 1970 já apontava para futuras mudanças.

### Ampliar o impacto nos setores chaves

"Nossa maior preocupação é que o impacto do Programa do Instituto no Brasil tende a ser mais frágil nas áreas de maior concentração urbana, onde o movimento sindical poderá ser de grande importância quando as coisas ficarem pretas" (chips were down"). Para tentar nossa tese pedimos ao escritório do Atad do Trabalho da Embaixada para nos preparar uma lista dos sindicatos brasileiros mais fortes e importantes.

Comparamos então a lista (23 sindicatos) com números do Instituto Cultural do Trabalho, de Front Royal Institute e dos projetos sociais. O resultado mostrou que destes 23 sindicatos, apenas oito foram atingidos por um ou mais destes programas e 15 não foram"

"Há muitas razões para um impacto menor nos sindicatos chaves e nas áreas sindicais chaves. Estas razões são as seguintes: a cooperação de vários destes sindicatos a entidades sindicais americanas

## Assistencialismo, a fórmula da corrupção.

Eis a mágica para granjar a simpatia sobretudo dos pequenos sindicatos: financiamentos e doações de gabinetes dentários, consultórios médicos, ambulâncias, colônias de férias, cantinas, auditórios. São os "projetos sociais" que amaram a pedra do assistencialismo no pescoço dos sindicatos.

Além dos projetos de educação, o Instituto americano para o desenvolvimento do livre sindicalismo (AIFLD) financiou e ainda financia diversos outros projetos que chama de projetos sociais. São financiamentos e doações para a compra de sedes sindicais, de projetos sociais em gabinetes dentários consultórios médicos e de ambulâncias e para a construção de cantinas, auditórios e, até mesmo, de uma vila operária em São Paulo, a Sarmul Comper. Estes financiamentos e doações tiveram como objetivo principal o de reforçar, pelo caminho mais equitativo de 70 por cento do número de associados nos sindicatos beneficiados por seus projetos sociais. Um relatório para o Departamento de Estado Americano, datado de 1970, garantia que, embora sem estatísticas, os projetos sociais aumentaram a receptividade dos sindicalistas para o programa educacional.

Até 1970, o Instituto americano tinha financiado, com fundos da USAID e da AFL-CIO, 145 pequenos projetos sociais, num total de 312 mil dólares de empréstimos e 50 mil dólares de doações. A maioria destes projetos eram aplicados em pequenos sindicatos rurais nordestinos. Um ano depois, em 1971, mais 35 sindicatos tinham se beneficiado destes fundos e de empréstimos

Reportagem de Marcelo Beraba e Ricardo Lessa.

Nesta edição, vai a segunda parte da reportagem. Desde 1970, a meta do programa de intervenção imperialista na área sindical é conquistar o setor metalúrgico, ponta-de-lança nos grandes centros urbanos "onde as coisas podem ficar pretas", conforme reconhece um documento aqui revelado. Os números de conquista dos sindicatos através da oferta de gabinetes dentários, consultórios médicos, ambulâncias e colônias de férias, são mostrados também - é a corrupção pelo assistencialismo. Uma breve história da AFL-CIO, uma central sindical americana que investe dinheiro no programa, serve para mostrar o que é o "sindicalismo livre" que se propõe: apoio a quartelões, a intervenções militares como o Chile e Vietnam, a massacres de operários, deduração em larga escala de participação de gangsters, tudo para ampliar a exploração dos trabalhadores.

## Mais ênfase na infiltração entre os metalúrgicos

Em 1970, um relatório do Instituto Americano reconheceu que o impacto dos seus programas ainda era frágil "nas áreas de maior concentração urbana, onde o movimento sindical poderá ser de grande importância quando as coisas ficarem pretas". Sete anos depois, outro relatório avalia os resultados (positivos) da influência setor metalúrgico.

A partir de 1970, é possível se perceber uma mudança nos rumos táticos do Programa do Instituto americano de desenvolvimento do "livre sindicalismo". O mais evidente é a relação a uma ênfase maior no trabalho com os metalúrgicos. Até 1970, a maior parte dos projetos sociais é uma boa percentagem de cursos educacionais voltados para a assistência aos sindicatos rurais nordestinos.

Em 1970, o relatório de avaliação da eficiência do Programa no Brasil de 1963 a 1970 já apontava para futuras mudanças.

### Ampliar o impacto nos setores chaves

"Nossa maior preocupação é que o impacto do Programa do Instituto no Brasil tende a ser mais frágil nas áreas de maior concentração urbana, onde o movimento sindical poderá ser de grande importância quando as coisas ficarem pretas" (chips were down"). Para tentar nossa tese pedimos ao escritório do Atad do Trabalho da Embaixada para nos preparar uma lista dos sindicatos brasileiros mais fortes e importantes.

Comparamos então a lista (23 sindicatos) com números do Instituto Cultural do Trabalho, de Front Royal Institute e dos projetos sociais. O resultado mostrou que destes 23 sindicatos, apenas oito foram atingidos por um ou mais destes programas e 15 não foram"

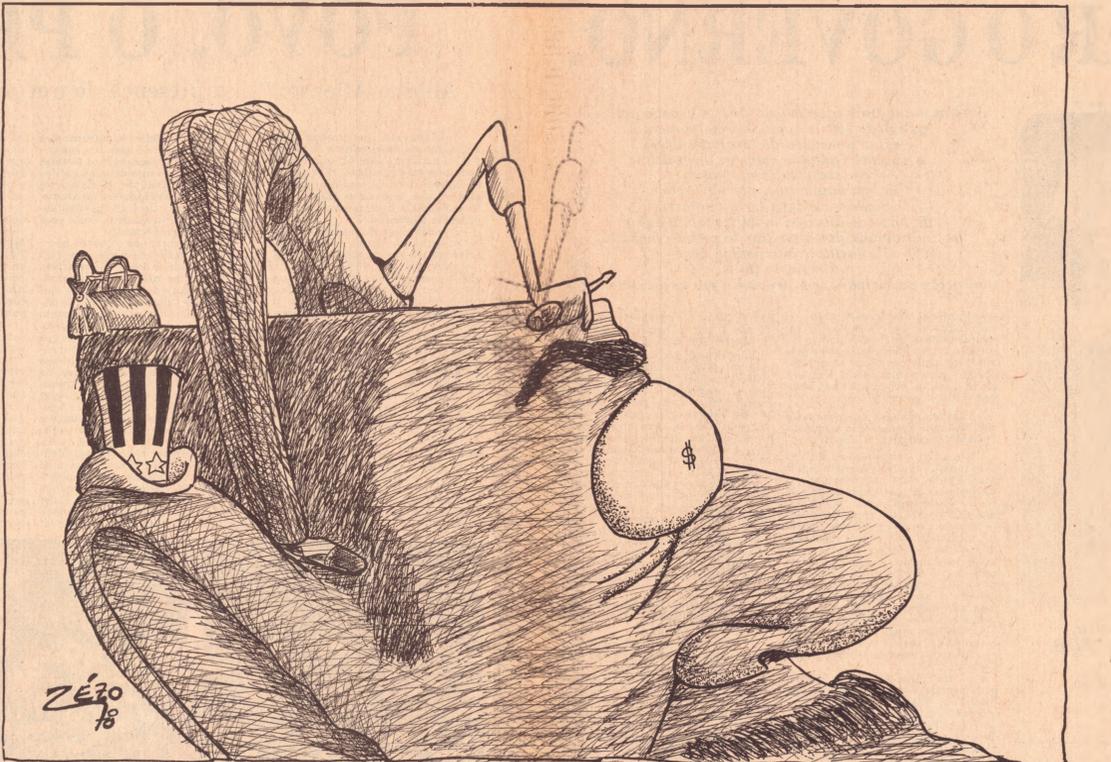
"Há muitas razões para um impacto menor nos sindicatos chaves e nas áreas sindicais chaves. Estas razões são as seguintes: a cooperação de vários destes sindicatos a entidades sindicais americanas

## Assistencialismo, a fórmula da corrupção.

Eis a mágica para granjar a simpatia sobretudo dos pequenos sindicatos: financiamentos e doações de gabinetes dentários, consultórios médicos, ambulâncias, colônias de férias, cantinas, auditórios. São os "projetos sociais" que amaram a pedra do assistencialismo no pescoço dos sindicatos.

Além dos projetos de educação, o Instituto americano para o desenvolvimento do livre sindicalismo (AIFLD) financiou e ainda financia diversos outros projetos que chama de projetos sociais. São financiamentos e doações para a compra de sedes sindicais, de projetos sociais em gabinetes dentários consultórios médicos e de ambulâncias e para a construção de cantinas, auditórios e, até mesmo, de uma vila operária em São Paulo, a Sarmul Comper. Estes financiamentos e doações tiveram como objetivo principal o de reforçar, pelo caminho mais equitativo de 70 por cento do número de associados nos sindicatos beneficiados por seus projetos sociais. Um relatório para o Departamento de Estado Americano, datado de 1970, garantia que, embora sem estatísticas, os projetos sociais aumentaram a receptividade dos sindicalistas para o programa educacional.

Até 1970, o Instituto americano tinha financiado, com fundos da USAID e da AFL-CIO, 145 pequenos projetos sociais, num total de 312 mil dólares de empréstimos e 50 mil dólares de doações. A maioria destes projetos eram aplicados em pequenos sindicatos rurais nordestinos. Um ano depois, em 1971, mais 35 sindicatos tinham se beneficiado destes fundos e de empréstimos



## O "sindicalismo responsável" na "democracia relativa"

Aferrado à estrutura sindical da CLT de 1943, copiada do fascismo italiano de Mussolini, o governo brasileiro possivelmente deve temer até o "sindicalismo livre" da CIA. Um documento do AIFLD diz: "apesar da legislação restritiva ter negado aos sindicatos o direito de negociação coletiva, o objetivo de educar sindicalistas brasileiros dentro do princípio do sindicalismo responsável permanece válido"...

Diversos documentos do Departamento de Estado Americano mostram que o objetivo central da atuação do Instituto Americano de Desenvolvimento do Livre Sindicalismo (AIFLD) permanece o mesmo: "a construção de um movimento sindical e de instituições livres, responsáveis e democráticas" - ao longo dos últimos 15 anos, mas que a maneira de conseguir-lo varia com o correr dos anos. Em todos os documentos procura-se justificar novas táticas em cima de avaliações do momento político do país.

Em fevereiro de 1972, por exemplo, um plano de trabalho para o período de 1972-1976, de uso circunscrito ao Departamento de Estado e ao AIFLD, considerava que não havia possibilidade para a implantação de um sindicalismo livre e independente entre nós em função das restrições que o governo impunha ao nosso movimento sindical. "De acordo com este quadro, continua o documento, o AIFLD deve trabalhar dentro das condições existentes e preparar os sindicatos brasileiros para quando for permitido que os sindicatos tenham responsabilidades dentro do movimento sindical livre".

Neste sentido, o documento determina seis objetivos concretos para o período: ajudar a crescer as organizações sindicais, estimular negociações coletivas de trabalho, fazer com que os sindicatos aumentem seus programas educacionais, incrementar os serviços sociais e melhorar as relações entre trabalhadores, empregadores e governo, na busca da harmonia do capital com o trabalho. Este mesmo documento afirma que nos oito primeiros anos de atuação no Brasil, o AIFLD tentou mudar, junto com os sindicatos, a natureza dependente do nosso sindicalismo em função da intervenção do governo brasileiro. Neste documento, finalmente, se reafirma a importância dos cursos educacionais no ICT e em Front Royal: "A educação dos sindicalistas brasileiros torna-se vital para a preservação do movimento sindical".

Quando ao ICT, - verdadeiro "cavalão de troia" - o documento propunha que durante os quatro anos fossem desenvolvidas formulas que permitissem que ele fosse assumido, aos poucos, pelas Confederações Brasileiras. Um último programa de intercâmbio cultural programado diretamente pelo Departamento de Estado. É o filé-mignon do Programa do AIFLD. Apenas poucos líderes e funcionários sindicais tiveram a oportunidade de se beneficiar desta maneta, que inclui viagens aos Estados Unidos. Entre 1967 e 1969, por exemplo, apenas oito pessoas foram agraciadas: três presidentes de Confederações, dois professores universitários de Direito Trabalhista e assessores jurídicos de confederações e do Ministério do Trabalho, dois parlamentares ("ativos em assuntos trabalhistas") e um padre ativo em assuntos camponeses e assessor da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco. Infelizmente não se deu nome aos bois, mas tudo indica que o padre seja Antonio Melo, citado em outros documentos.

Em 1970, o relatório de avaliação da eficiência do Programa no Brasil de 1963 a 1970 já apontava para futuras mudanças. Ampliar o impacto nos setores chaves. Nossa maior preocupação é que o impacto do Programa do Instituto no Brasil tende a ser mais frágil nas áreas de maior concentração urbana, onde o movimento sindical poderá ser de grande importância quando as coisas ficarem pretas. Para tentar nossa tese pedimos ao escritório do Atad do Trabalho da Embaixada para nos preparar uma lista dos sindicatos brasileiros mais fortes e importantes. Comparamos então a lista (23 sindicatos) com números do Instituto Cultural do Trabalho, de Front Royal Institute e dos projetos sociais. O resultado mostrou que destes 23 sindicatos, apenas oito foram atingidos por um ou mais destes programas e 15 não foram. Há muitas razões para um impacto menor nos sindicatos chaves e nas áreas sindicais chaves. Estas razões são as seguintes: a cooperação de vários destes sindicatos a entidades sindicais americanas

# Afinal, quem é da CIA: Ari Campista ou Lula?

Antonio F. Nunes. Qual o objetivo de todo esse embuste? Tudo isso faria parte de uma bem urdida trama da CIA e das multinacionais para enfraquecer o sindicalismo brasileiro, e talvez até com o propósito de impedir a consolidação da democracia no país.

A Polícia Federal, depois de demorada investigação, concluiu pela falsificação da assinatura do presidente da Federação dos Trabalhadores Químicos, acusando por tal crime os ex-dirigentes da entidade, os mesmos anteriormente punidos por corrupção. Ari Campista manteve-se ausente de todos os acontecimentos, ou seja, nem participou da campanha sindicalnacionalista nem esteve envolvido no desmascaramento do golpe do suborno. Como se vê, há muita semelhança entre aquele fato e as atuais acusações formuladas pelo velho sindicalista. O objetivo da trama de 1967, como facilmente se deduz, seria alijar do cenário sindical os dirigentes mais aguerçados e que, de algum modo se opunham aos projetos de dominação imperialista. A manobra visou, inclusive, a desacreditar personalidades ocupantes de altos cargos públicos, numa tentativa de quebrar a unidade do governo brasileiro. A acusação de Ari Campista, que não pode ser provada, como ele mesmo afirma, destinar-se-ia a macular, perante a opinião pública, a imagem do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Obtendo-se, com isso, o enfraquecimento desse novo sindicalismo, do qual Lula é seguramente o principal inspirador.

Essa condição era-lhe atribuída por um movimento trabalhista bastante semelhante à atual vanguarda sindical, que vem tomando si a tarefa de questionar a fundo os aspectos malfélicos de nosso sindicalismo. Na época despontavam dirigentes do mesmo quilate de um Luiz Inácio da Silva, dispostos a liderar os trabalhadores em suas campanhas reivindicatórias.

### Comportamentos & Intenções

Nada melhor do que a invocação de fatos históricos para se compreender comportamentos e intenções. Em 1967, realizou-se um movimento de repulsa à intromissão estrangeira em nossos assuntos sindicais. O sentimento nacionalista se acentou a partir da punição aplicada a elementos venais pelo Ministério do Trabalho. Eles tinham malbaratado as finanças da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo, e estavam comprovadamente vinculados a dois organismos internacionais da área. Estes, diante da providência ministerial, ficaram sem um importante apoio para seu plano de dominação do setor.

O então ministro do Trabalho, Ja. Passarinho, aquele mesmo ano inspirou um decreto-lei cassando a licença de funcionamento das entidades internacionais sediadas no país. Enquanto isso, alguns sindicalistas e a imprensa prosseguiram denunciando a intromissão das entidades internacionais na política, na economia e no sindicalismo pátrias. Foi quando a opinião pública tomou conhecimento de uma gentia manobra, a confundir a campanha anti-imperialista em curso: uma denúncia de suborno da CIA, envolvendo os diretamente comprometidos com aquela campanha, chegou aos jornais.

O presidente da Federação dos Trabalhadores Químico-farmacêuticos, André não empossado, aparecia como encarregado pela distribuição de uma grande soma em dinheiro a sindicalistas, jornalistas, advogados de sindicatos, ao delegado do Trabalho, ao chefe da casa civil do presidente Costa e Silva e até ao chefe do SNI em São Paulo. Para o aperfeiçoamento da trama, figurava na relação de todo esse embuste? Tudo isso faria parte de uma bem urdida trama da CIA e das multinacionais para enfraquecer o sindicalismo brasileiro, e talvez até com o propósito de impedir a consolidação da democracia no país. Mas só o tempo dirá.

Ex-Agentes da CIA, como Thomas Barden, que foi um dos idealizadores da utilização dos Estados Unidos na sua primeira grande intervenção em outros países. A AFL foi um das poucas organizações trabalhistas a apoiar a Guerra contra a Espanha pela posse da ilha de Cuba e a Filipinas, ou seja, Porto Rico, Havai, Bahamas, Cuba e Filipinas. O início do século 20, ainda recém-inaugurada, a AFL já se interessava pelos negócios feitos fora das fronteiras americanas e se especial na colônias. E reivindicava parceria com os países da América Latina. A AFL-CIO esteve também aliada com o imperialismo norte-americano na criação de George de Cheddi Jagan, na Guiana Inglesa. William Doherty, um dos diretores da AFL, comentou com orgulho a atuação dos sindicalistas treinados pela AFL-CIO na derrubada de João Goulart, no Brasil. A central sindical americana esteve presente também no "Vietnam e Colômbia", onde se estabeleceu o pretexto de que "dava muito emprego". E recentemente, como não deixaria de ser, marcou sua presença no Chile, na derrubada de Allende, como produtor de guerras e intervenções norte-americanas. O curioso é que parece que os Direitos Humanos só devem ser defendidos nos países comunistas, da Europa Oriental e União Soviética.

Nos seus jornais para os leitores do exterior, O Correió Operário Norte-Americano e o Bulletin do Sindicalismo Livre equidistam Portugal e os Estados Unidos, acusando as violações dos Direitos Humanos naqueles países. Nem uma palavra sobre as ditaduras latino-americanas, os governos de Formosa e da Coreia do Sul, ou os crimes cometidos durante os massacres - para os quais só há elogios. Essa breve história dá pra esclarecer qual é o objetivo de todo esse embuste? Tudo isso faria parte de uma bem urdida trama da CIA e das multinacionais para enfraquecer o sindicalismo brasileiro, e talvez até com o propósito de impedir a consolidação da democracia no país. Mas só o tempo dirá.

Depois de termos vivido 3 meses como irmao, é termos aprendido acerca de nossas múltiplas aspirações, triunfos e frustrações, voltamos a luta diária de unir trabalhadores, mobilizá-los para a luta por melhores salários e condições de trabalho, e de lutar por melhores salários e condições de trabalho, e de lutar por melhores salários e condições de trabalho. É um corre-corre muito grande o curso - diz Nogueira - muita visita aos Sindicatos, que se organiza uma Sociedade Beneficente, uma maracujá, riquíssimos, visita às fábricas; entra em ônibus, sai de ônibus. Mas o tratamento é dos mesmos: comida excelente, ótimas instalações. Para mim deveriam aumentar a parte mais cultural, visitar as partes históricas da América. Durante os três meses de permanência nos Estados Unidos, o grupo, formado de Latino-americanos, chineses de Formosa, coreanos do sul e africanos, em número por volta de 200, tem aulas também. De Educação Sindical: "eles insistem muito nos direitos e deveres dos trabalhadores de voltar ao trabalho. Esperamos, chorou, Voltaire, para mostrar um lado e Hitler, Marx, para mostrar o outro". "É um corre-corre muito grande o curso - diz Nogueira - muita visita aos Sindicatos, que se organiza uma Sociedade Beneficente, uma maracujá, riquíssimos, visita às fábricas; entra em ônibus, sai de ônibus. Mas o tratamento é dos mesmos: comida excelente, ótimas instalações. Para mim deveriam aumentar a parte mais cultural, visitar as partes históricas da América. Durante os três meses de permanência nos Estados Unidos, o grupo, formado de Latino-americanos, chineses de Formosa, coreanos do sul e africanos, em número por volta de 200, tem aulas também. De Educação Sindical: "eles insistem muito nos direitos e deveres dos trabalhadores de voltar ao trabalho. Esperamos, chorou, Voltaire, para mostrar um lado e Hitler, Marx, para mostrar o outro".

Sobre o curso de 1977, o depoimento de Juan Sobr Castro, secretário administrativo do Sindicato dos Trabalhadores em Bananas da Guatemala, publicado no Noticiário do Sindicalismo de outubro de 1977, é o seguinte: "Durante os três meses de permanência nos Estados Unidos, o grupo, formado de Latino-



# ELEIÇÕES: DERROTAR O GOVERNO.

Advogado, poeta, ex-líder estudantil na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia em 1958, duas vezes perseguido pelos órgãos de repressão do regime, em 1964 e em 1975, nesta última sequestrado e torturado, Adelmo Oliveira reúne ao seu currículo de luta um programa político que diferencia sua candidatura das demais no Estado da Bahia. Membro e um dos organizadores do Grupo Autêntico, ao lado de Francisco Pinto, tem sido desde 1968 um dos mais expressivos opositores a tendência adesista do partido na Bahia.

Como poeta, em 1972, a publicação de "O Som dos Cavalos Selvagens" lhe valeu dois prêmios: a edição apreendida, e o poeta, preso. Em 1976 assumiu a direção da sucursal do jornal Movimento e em 1977 ajudou a fundar EM TEMPO, do qual é o atual Chefe da Sucursal em Salvador. Como advogado tem se destacado como um profissional a serviço das causas populares: defesa dos moradores das "invasões" de terrenos em Salvador, como a invasão da Formiga, em 1966, da invasão do Bom Jua, em 1967, da invasão do Marotinho, em 1976, e novamente Marotinho em 1978; defesa do Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo (Sindipetro) em 1968, de 600 estudantes contra o fechamento da Faculdade de Direito em 1968, e do presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFBA, em 1972, além de defesas de estudantes enquadrados no decreto lei 477. Atualmente defende a oposição sindical bancária por causa de eleições fraudulentas.

Adelmo Oliveira foi um dos fundadores da Ala Jovem do MDB baiano, da qual se distanciou recentemente, e conta com apoio do grupo Nova Ação e parte da tendência Viração, na Universidade, além de diversas sociedades de bairros populares e setores médios esclarecidos. Sua candidatura se constitui numa das mais avançadas do Estado porque rompe com o populismo e o reformismo, sendo fruto de um anterior debate coletivo. Eis algumas de suas idéias.

**Quais as correntes políticas atuantes hoje no MDB baiano e como você se situa em relação a elas?**

De início é preciso ficar claro que a questão central hoje é derrotar a Arena nas próximas eleições seja o MDB o que for. O que não impede de se manter uma visão crítica das diversas tendências existentes dentro dele. Das três correntes que compõem o partido, uma, a que detém atualmente o poder de decisão, é conhecida em todo o país como a corrente adesista. Dela, o principal representante é o deputado federal Nei Ferreira. A prática política adesista não se limita a servir o governo, mas tem resvalado para a colaboração com os órgãos de repressão do sistema. A ligação com o governo ficou patente na candidatura de Clemens Sampaio a senador em 1974, a serviço dos interesses de Antônio Carlos Magalhães, o próximo governador imposto. A ligação com os órgãos de segurança se tornou pública quando em 1975 os adesistas denunciaram abertamente uma suposta presença do Partido Comunista nas fileiras da Ala Jovem. Nessa época surgiu uma grande possibilidade da Ala Jovem assumir a direção municipal do MDB, em consequência de 1300 novas filiações. Hoje essa corrente adesista, face à mudança da conjuntura, tenta um discurso não-adesista, procura se aproximar dos setores moderados, e tem até mesmo uma atitude complacente como setores mais combativos do partido.

O grupo que na Bahia se tornou conhecido como autêntico, na verdade se caracterizou mais como moderado, dentro de uma linha liberal. Esta corrente, a segunda, se restringiu a cumprir os princípios programáticos dentro de uma herança política do pessedismo, e sempre teve um peso secundário.

A terceira corrente é a verdadeira oposição, representada por Francisco Pinto, que se caracteriza por tomar como base o programa do partido, mas aprofundando e esgotando suas teses

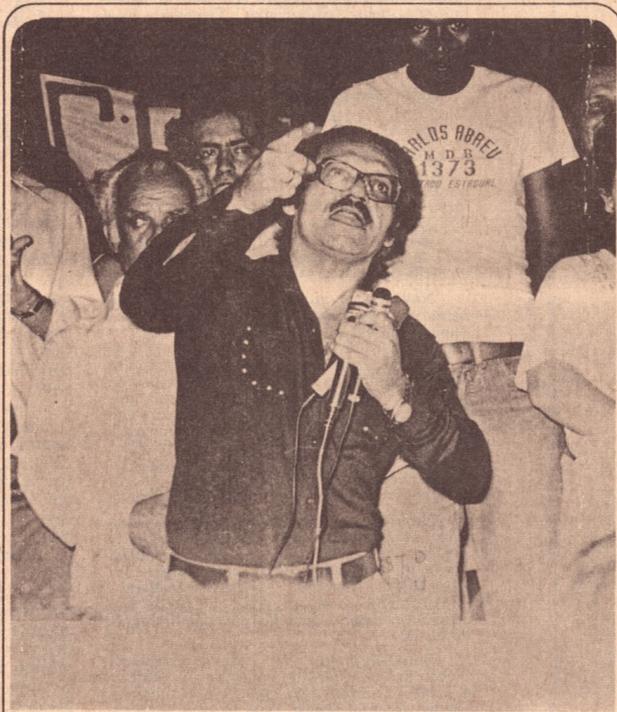
mais vitais para o combate ao regime militar, exigindo mudanças substanciais na estrutura social.

**Em que sentido sua candidatura à Assembleia Legislativa se aproxima ou se destaca das demais candidaturas da oposição mais consequente da Bahia?**

Toda a minha atuação política anterior ao surgimento desta candidatura se caracterizou pelo assessoramento aos candidatos da oposição mais consequente. Fui por diversas vezes convidado para ingressar na vida parlamentar, para disputar um mandato, isto desde 1970. Sempre achei que a atividade política sem o compromisso de uma candidatura a servir melhor ao desenvolvimento de uma prática mais séria, não impregnada de personalismos e outros desvios que habitualmente se verificam na vida parlamentar. O processo de discussão coletiva sobre a importância da participação no parlamento hoje terminou por conduzir à minha candidatura, e neste sentido fui muito mais uma indicação de uma assembleia de 120 pessoas, do que uma opção pessoal.

Com relação à proximidade e distância de nossas posições políticas daquelas defendidas por vários candidatos consequentes da Bahia não existe talvez muita diferença no plano tático. No centro das questões políticas está colocada a luta pelas liberdades democráticas, a defesa intransigente da anistia ampla, geral e irrestrita, a convocação de uma constituinte livremente eleita, precedida da revogação das leis repressivas, eleições livres e diretas para governador do Estado e presidência da República, ampla liberdade de organização, de manifestação de pensamento e de reunião. Estas são a meu ver questões comuns a todos os candidatos mais consequentes.

O aspecto que distancia a nossa das outras candidaturas é a vinculação



**O advogado baiano Adelmo Oliveira, candidato a deputado estadual pelo MDB, expõe aqui as suas idéias sobre a importância da participação do pleito de 15 de novembro e analisa o momento político.**

das liberdades democráticas com as propostas de fundo que enfatizam a questão da estrutura da sociedade brasileira. Portanto, acho que a contradição básica da nossa sociedade se fixa na oposição entre o capital e o trabalho, e tanto no discurso, quanto na prática política nos propomos assim a nos situarmos.

A luta parlamentar exerce um papel secundário para um grande projeto de transformação estrutural da sociedade, todavia, não se deve esquecer dentro

deste plano sua importância quando ela está estreitamente vinculada às lutas sociais travadas pelos setores explorados e oprimidos, que a cada dia se organizam, e que a cada dia demonstram a sua força e o seu papel transformador.

Neste sentido, e nesta perspectiva, um mandato é a ocupação de um espaço político que pode servir como um instrumento, e estar a serviço dos trabalhadores e do povo, quando estes se

**"A luta parlamentar exerce um papel secundário para um grande projeto de transformação estrutural da sociedade. Mas não se deve esquecer dentro desse plano sua importância quando ele está estreitamente vinculado às lutas sociais travadas pelos setores explorados e oprimidos, que a cada dia se organizam, e que a cada dia demonstram a sua força e o seu papel transformador".**

**"Um mandato é a ocupação de um espaço político que pode servir como um instrumento, e estar a serviço dos trabalhadores e do povo, quando estes se organizam em sociedades de bairro ou em sindicatos, por exemplo. Sempre se deve ter o cuidado de não substituir a mobilização popular pela atividade parlamentar de recinto fechado, o parlamentar pode e deve dirigir as lutas, ou delas participar, sem provocar seu esvaziamento".**

organizam em sociedades de bairro ou em sindicatos, por exemplo. Agora: sempre se deve ter cuidado de não substituir a mobilização popular pela atividade parlamentar de recinto fechado, o parlamentar pode e deve dirigir as lutas, ou delas participar, sem provocar seu esvaziamento.

**Concretamente, o que pode fazer um deputado da oposição numa assembleia legislativa estadual?**

O mandato parlamentar, embora com todas as limitações impostas pelo atual regime, é um instrumento não só de denúncia da opressão exercida contra os setores explorados e oprimidos, mas também tem um papel importante na resolução dos problemas concretos relativos à melhoria da qualidade de vida da população: como ensino, saúde, saneamento, transportes etc. O parlamentar deve vincular a luta política à luta pela melhoria das condições de vida do povo. Sabemos que lutar hoje por melhoria das condições de vida nos bairros periféricos, por exemplo, constitui, ainda que de maneira embrionária, uma luta contra o nível de exploração exercida sobre os trabalhadores.

Uma das questões básicas para o parlamentar é romper e substituir uma legislação voltada para beneficiar os privilégios de uma minoria, como no caso específico da utilização e titulação das terras devolutas do Estado. Essa legislação só beneficia grileiros e empresas agropecuárias que expulsam os trabalhadores do campo, de suas próprias terras, e devastam o meio ambiente, desestabilizando o equilíbrio ecológico pela eliminação das matas.

**Como você vê o momento político, a crise, e o reordenamento da ordem política no país?**

Em decorrência da Comissão Trilateral formada em 1976 pelos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão o capital monopolista com interesses na América-Latina definiu sua reordenação tentando desmontar os regimes totalitários que ajudou a implantar. Neste contexto é que, no Brasil, setores da burguesia começam a entrar em choque com a forma de organização política do Estado totalitário, não só porque parte da burguesia não estava tendo acesso às fontes de decisão do poder, como também ela própria se convenceu que após 14 anos de ditadura, de repressão, de arrocho salarial, de censura, do cerceamento das liberdades políticas, poderia colocar em risco os seus próprios privilégios em face da divisão entre o Estado autoritário e o conjunto da sociedade civil. Daí o nascimento das dissidências burguesas, a exemplo de Magalhães Pinto, de um

lado, e do projeto de reformas de Geisel de outro, que acenam com propostas de liberalização da fachada do regime.

Não se pode abandonar a idéia de que haverá continuidade do autoritarismo com tais acenos mistificadoros para a liberdade. O que nos cabe é compreender e tentar ocupar o espaço político aberto pela crise. E como ocupá-lo? Existem duas formas não excluídas, nem opostas, de fazer oposição. A primeira que poderíamos chamar de oposição democrática, que compreende a luta parlamentar e a luta travada por entidades representativas das mais diversas categorias profissionais; a segunda, que poderíamos chamar de oposição-construção a longo prazo. Uma que se processa nos pequenos espaços institucionais, a outra, já existente, e que se desenvolve lenta e progressivamente no interior do setor explorado e oprimido da sociedade.

**Levando tudo isso em conta você considera o bipartidarismo esgotado?**

Compreendo que nem ao próprio sistema interessa mais sustentar o bipartidarismo em razão das divisões surgidas a luz do dia. Mas se o sistema acena com as reformas não é para libertar a maioria da população brasileira submetida às condições de miséria, e sim para rearticular, de cima para baixo, os interesses das minorias divergentes. O que pregamos é a formação de partidos políticos que nasçam de baixo para cima, legitimando a sua autenticidade. Assim como a burguesia no parlamento tem voz e voto, devem ter também os trabalhadores e o povo.

**Como deve então se comportar a oposição mais consequente diante da formação da Frente Nacional de Redemocratização?**

Deve interterir nas suas convocações, participando dos comícios, sem, contudo, perder a sua identidade. Por exemplo: enquanto a Frente pgrega a anistia não caracteriza que tipo de anistia deseja. Cabe-nos exigir, e aí está a diferença, a anistia geral, ampla e irrestrita.

**Você se tornou conhecido na Bahia defendendo posições nacionalistas e de aliança entre os trabalhadores e a burguesia nacional. Como você coloca hoje esta questão?**

É certo que devemos aprender as lições da história. Ela demonstrou que tanto em 1945, como em 1964, essa aliança conduziu a uma prática populista, reformista, que confundiu os rumos da luta dos trabalhadores e do povo. Não acredito que o nacionalismo romântico venha a curar os males estruturais de nossa sociedade.

## 65% de aumento ou greve!

**Depois do movimento salarial dos bancários paulistas, essa palavra de ordem volta a ser ouvida entre os gráficos e os químicos.**

Em agosto são os bancários, em setembro são os gráficos que entram na luta pelo aumento de 65% ou greve. A Campanha Salarial dos gráficos pertencentes ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo (STIG) iniciou-se no último dia 8, quando a categoria entrou em regime de assembleia permanente e elegeu a Comissão de Salário com representantes de várias empresas, diretoria e advogado do Sindicato. Neste dia ainda, a diretoria propusera um índice de 84% que, segundo o presidente Valdemar Maffei, fora baseado no índice do DIEESE.

Durante a semana passada a Comissão de Salário se reuniu para discutir a validade deste reajuste e modificou-o para 65%, argumentando que "no ano passado foi correto a gente pedir um índice muito alto para obter um pouco acima do oficial fornecido pelo governo", declarou um representante da Oposição Gráfica presente à Comissão. "Esta vez a coisa pode ser diferente, continua ele. As greves de junho e julho demonstram que podemos dar um passo a frente na luta contra o arrocho salarial...

Esta disposição de luta transformou em letra morta a lei anti-greve e acabou com a resistência dos patrões.

É na última sexta-feira, dia 15, 90 gráficos ouviram e aprovaram

em bloco os resultados da Comissão de Salário: aumento de 65% para todos os profissionais gráficos representados pelo STIG mais 17 itens contidos em uma minuta que será entregue à representação patronal na próxima semana. Destes itens constam: aumento salarial para todos aqueles que forem contratados após a data-base; antecipação desta para o 1º dia do mês, prêmio de assiduidade e licença-prêmio; piso salarial de 2 e meio salários mínimos; aceitação de atestado médico fornecido pelo sindicato; complementação da aposentadoria, estabilidade funcional para aqueles acidentados em serviços e fora dele; reconhecimento dos delegados sindicais pelos empregadores e outros mais.

### Aumento ou greve

"Façamos da minuta nosso instrumento de luta nem que por isso tenhamos que ir a greve", esta frase dita por Rafael do Vale demonstra a disposição da categoria em conseguir o aumento salarial e as outras reivindicações fora do processo imposto pela C.L.T.

É reafirmada por um representante da Oposição que em fala rápida acrescenta: "Esse Prieto, está defendendo quem? Está defendendo o patrão. O governo representa quem? Representa os patrões.



Os gráficos em assembleia

Então a gente tem que se organizar e lutar pelo 65. Fazer 65% ou greve. Não tem meio termo não, a gente não vai determinar nossos interesses por aquilo que os patrões querem.

Os pratos de comida que a gente vai ter em casa não vai depender deles, vai depender das nossas forças, das nossas mobilizações, da nossa organização. Por isso a palavra de ordem central, que a gente tem que centrar força é a questão dos 65%, para unificar com as outras categorias que hoje estão arrebrandando com esta estrutura sindical atrelada que domina a classe operária. As leis, em vez e quem sempre as fará será a classe operária organizada. Não vamos esperar ninguém. E é 65% ou greve não tem meio termo" - e os gráficos presentes fecharam falação com

palmas e berros de concordância. Houve também aquele que impressionado pela aparição do Ministro do Trabalho na televisão tentou fazer que a assembleia não discutisse e não se organizasse para enfrentar os problemas na obtenção do aumento de 65%, porém foi vaiado e chamado de "acomodado e comprometido com o patrão".

A mesa tentou várias vezes interromper a discussão de uma futura greve como instrumento de luta, dizendo o que estava em pauta era a aprovação da minuta, porém os trabalhadores preocupados com a vitória da categoria, conseguiram fazer ver a todos os presentes que "não se devia esperar a negativa dos patrões para se organizarem nas empresas, porque o patrão vai dar o aumento de graça". Ficou en-

tão, a cargo da Comissão de Salário a feitura de um boletim a ser distribuído na categoria, com cerca de vinte mil trabalhadores, explicando o porquê dos 65% e a necessidade de se organizarem dentro das empresas para lutar por ele. Foi o que poderia se chamar de uma assembleia "curta e grossa".

### Os químicos também

Também os químicos entram em campanha salarial este mês para lutar por melhores salários e condições de trabalho, cuja data base é primeiro de novembro.

Em sua primeira assembleia dia 15, foi votado o índice de 65% com presença de 500 trabalhadores na sua maioria pertencentes às fábricas que fizeram greve nestes últimos três meses. Houve bastante

conflito entre as propostas da diretoria e as da Oposição recém criada de 65%.

Porém, os operários da Oposição esperam "que a dubiedade da votação realizada pela mesa (diretoria) seja dissipada quando a Comissão de Salário, eleita em assembleia, se reunir para discutir qual o aumento que deve permanecer para a conversação com os patrões". E se propõem a continuar distribuindo seu manifesto onde afirmam que "65% de aumento ou greve". Esta linguagem "é a única que os patrões entendem".

Perguntado por que não se fala mais de índices mas sim de "aumento", um trabalhador explicou que "índice é dado pelo governo e o aumento é dívida que os patrões têm com a gente e é este que temos que lutar para conseguir".

(Flávia Resende)

NICARÁGUA

# O povo perdeu até o medo da morte

"Pela primeira vez na Nicarágua um movimento armado dá o seu sangue pelo povo em vez de tomar o sangue do povo para alcançar o poder".

Declarando que apóia a Frente Sandinista de Libertação Nacional, o jornalista nicaraguense lembrou uma cena comum em seu país: "Os soldados chegaram, reuniram os suspeitos no bar Las Sabogales, encostaram todos numa parede dos fundos e fuzilaram-nos friamente. Fatos como esse têm alimentado, a cada dia, a insurreição heróica do nosso povo. Um povo que perdeu até o medo da morte e, por isso, a insurreição prossegue".

E não é por menos que a Nicarágua é importante, hoje, na América Latina. É, talvez, o único país do continente onde existe um movimento guerrilheiro organizado há quase 15 anos, e com apoio popular expressivo, diferentemente do que houve com as iniciativas similares na América Latina, depois da Revolução Cubana.

Num bate-papo informal, o jornalista fez um ligeiro retrospecto da vida política nicaraguense e falou das perspectivas, aqui resumidas. Contou também algo que compromete diretamente o governo brasileiro na tragédia da Nicarágua: se os Estados Unidos já não estão mandando armas para o regime de Anastasio Somoza, o Brasil, a Espanha e a Argentina, em compensação, estão enviando bombas de gás lacrimogênio. Há também helicópteros franceses e fuzis israelenses nas mãos da Guarda Nacional.

"Foi tanta morte, tanta tortura, tanta prisão, que não há conciliação possí-

vel sem traição à memória dos que lutaram." A frase do jornalista do La Prensa expressa a revolta de qualquer nicaraguense ao qual se pergunte da possibilidade de uma saída pacífica para a situação nacional. São 42 anos de ditadura da família Somoza, que é dona das principais companhias de transporte, da maior parte das terras e de quase tudo o que dá lucro na pequena Nicarágua, de 2,5 milhões de habitantes.

"Em momentos de crise política, Somoza defende eleições", continua. "Mas, agora, propostas democratistas já não poderão solucionar o impasse em que está a nação. A Frente Sandinista de Libertação Nacional exige uma real democratização socialista para depor as armas, e tem um apoio popular muito grande. Com Somoza fora do país, contudo, a Frente se dispõe a depor as armas - mas não as entregá-las. Dentro desse quadro, o imperialismo norte-americano - que sustenta diretamente o regime - está buscando uma solução intermediária, isto é, depor Somoza sem entregar o poder ao povo."

Como é que o imperialismo sustenta diretamente o regime? Através das grandes multinacionais. Um caso típico, exemplar do comportamento imperialista, foi quando o Congresso norte-americano estava prestes a aprovar uma moção de censura ao regime somozista. Através do presidente da Pepsi-Cola, entre outros, o ditador conseguiu influir no voto dos congressistas e impediu a aprovação da moção contra seu governo.

## Guarda Nacional: um exército de ocupação

Há uma convicção entre as forças opositoristas: a vitória por vias pacíficas será muito difícil, já que se considera a Guarda Nacional como um exército de ocupação. De fato, a Nicarágua é hoje um país em pé de guerra contra Somoza, "apesar de todos os erros políticos que se cometeram nas oposições". E já estava em pé de guerra muito antes da "recente ação espetacular dos sandinistas - a ocupação do Palácio Nacional - muito antes que a imprensa internacional se dignasse a voltar seus olhos para lá.

"A guerra da Nicarágua está expressa em Augusto César Sandino", explica o jornalista. De fato, todas as lutas armadas que ocorreram no país antes da formação da FSLN ocorriam entre grupos tradicionais, eram simples lutas pelo poder. Sandino queria a tomada do poder pelo povo e acabou assassinado em 1934. "Era um grande guerrilheiro, mas era político. "Ele queria que fossem embora não apenas as tropas americanas estacionadas no país, mas também todos os que as apoiavam. Então o embaixador dos Estados Unidos e o Somoza pai do atual ditador se aliaram, e realizaram o primeiro grande massacre somozista, arrasando o acampamento da FSLN no norte do país".

Com a vitória da Revolução Cubana,

## Camponeses simpatizantes Exterminados aos milhares

A partir desse momento a luta cresce - mas cresce também a repressão. Três mil camponeses são virtualmente eliminados de uma região de no máximo 150 mil habitantes. Nenhum deles é guerrilheiro, embora todos simpatizem com o movimento. A ditadura constrói campos de concentração nas montanhas e começa a promover execuções e torturas públicas de camponeses colaboradores.

E fazem coisas realmente atrozes, inimagináveis. Por exemplo: reúnem 200 ou 300 camponeses de uma cidade; prendem os dois ou três mais engajados na colaboração com os sandinistas; colocam esses dois ou três num helicóptero; o helicóptero sobe; as vítimas são atiradas de uma altura suficiente para matá-las; os camponeses a tudo assistem; e os policiais partem.

Uma tortura pública que foi muito comum durante esses anos; os policiais penduravam a vítima numa árvore, sangravam-na e tiravam-lhe a pele como se faz com os bois ou carneiros. Também passavam um óleo (uma espécie de essência, com cheiro e sabor de carne crua) na vítima e deixavam-na amarrada. Em seguida, soltavam sobre ela cães policiais famintos.

Agora, em janeiro de 1978, quando Pedro Chamorro foi assassinado, as coisas se precipitaram. "Chamorro era, paradoxalmente, a expressão dos setores populares". "Era um poder paralelo, apoiado por toda a burguesia e com grande influência. Na noite de seu venenoso fim, em concentrações populares espontâneas, provocou-se o maior incêndio de que se tem notícia depois do terremoto. Nesse momento Chamorro se transforma num símbolo popular".

em 1959, o povo nicaraguense passou a viver em intensa expectativa, olhando esperançosamente para a ilha, uma nova alternativa no continente. Em 1960/61 surgem alguns movimentos opositoristas internos, que mantêm boas relações com o governo de Cuba. Mas é só depois de 1964, quando são rompidas as relações diplomáticas, que nasce a FSLN, cujos quadros vêm basicamente das universidades, no início, com pouca participação de operários e nenhuma de camponeses. Nesse mesmo ano a Frente já realiza "sua primeira "ação de recuperação de bens": um assalto a um banco.

Uma de suas operações mais famosas foi a tomada de uma casa onde havia uma festa de ministros e autoridades estrangeiras, em 1974. Suas exigências: a divulgação, em cadeia nacional de rádio e televisão, de um comunicado denunciando a ditadura somozista; a libertação de vários presos políticos e cinco milhões de dólares. As negociações duraram quatro dias e resultaram em uma grande manifestação popular de apoio à ação guerrilheira: quando o avião decolou do aeroporto de Manágua, levando os presos libertados, milhares de bandeiras acenavam sob as vistas da Guarda Nacional e todos os presentes choravam. "Foi um espetáculo emocionante e encorajador".

"As pessoas começam a promover missas e cada missa vira uma manifestação. Começam os massacres e constata-se que são os mortos que estão promovendo a insurreição, e não os vivos", diz o jornalista, referindo-se, é claro, ao fato de que a mortalidade é tanta que é ela que mobiliza as pessoas. Mas essas pessoas estão vivas, como se vê claramente na Ampronac - Associação das Mulheres ante a Problemática Nacional. É hoje uma organização de massas femininas, que nasceu em setembro de 1977 como uma comissão de direitos humanos, e foi se estruturando aos poucos.

Foi precisamente a morte de Chamorro e as conseqüentes manifestações - muitas delas promovidas por mulheres que se lançavam às ruas desorganizadamente - que despertaram a necessidade de organizar essas mulheres nos bairros e departamentos. A Ampronac tem hoje um comitê executivo e uma assembleia nacional, além dos comitês regionais. O comitê executivo reúne-se uma vez por semana e planeja um trabalho a fazer, traça uma orientação geral. Depois, há uma planificação regional.

Por isso estão sempre aparecendo nos jornais nicaraguenses as reivindicações da organização, cuja principal bandeira é a liberdade para os presos políticos. Um jornal de Matagalpa, por exemplo, publicou a dois de setembro uma notícia com a seguinte manchete: **Dónde están nuestros hijos presos, pregunta Ampronac-Matagalpa.** E reproduzia, em seguida, um comunicado que teve cópias distribuídas também a várias entidades. "A íntegra do comunicado, logo ac-

**Lances dramáticos da luta na Nicarágua, contados a partir do depoimento de um jornalista do La Prensa, que não pode ser identificado por motivos óbvios. Um deles é que ele apóia a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Se for descoberto, é um homem morto.**

Leda Beck



## Intervenção velada e aberta

Realizou-se a intervenção velada das tropas do conselho de Defesa Centro Americano (Condeca) na Nicarágua, para ajudar o ditador e dar um banho de sangue no país. Diante do cerco de armas pesadas, dos bombeiros, dos milhares de mercenários, os guerrilheiros sandinistas deixaram as cidades ocupadas e voltaram para as montanhas. O país está arrasado. Um cemitério, segundo um dos diretores da Cruz Vermelha em Esteli, cidade em que o povo em armas ainda resiste às tropas da Guarda Nacional.

Masaya, Chinandega, Leon, Dinamita, Jinotepe e Esteli quase todas as principais cidades da Nicarágua levantaram-se contra o regime, em apoio à Frente Sandinista de Libertação Nacional. O processo é irreversível. O genocídio realizado contra a população grande parte dos mortos, senão a maioria, ainda segundo a Cruz Vermelha, é de civis que não estavam participando diretamente dos combates não conseguiu derrotar as forças sandinistas e só fez isolar mais ainda o regime ditatorial e provocar a intervenção política internacional.

Na última quinta-feira, em Washington, começou a XVII Reunião do Conselho de Ministros da OEA (antes convocada, em 1965, para acobertar a intervenção militar dos Estados Unidos na República Dominicana). A proposta apresentada pelos Estados Unidos, sem muitos rodeios, foi a de intervir na Nicarágua, a fim de obter uma solução duradoura e democrática para a crise. Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai rejeitaram a ideia, considerando-a intervencionista nos assuntos internos do país centroamericano. Tudo indica que estão temerosos com o que pode vir a ser um novo precedente. Barbas de molho entenda-se. Um cruzador da Marinha de Guerra norte-americano já se deslocou para a costa da Nicarágua, no Pacífico. A perspectiva de uma intervenção, com todo o desgaste internacional que traria à posição norte-americana, é uma prova evidente de que Somoza não tem mais condições de se manter no poder. Como reafirmaram na última quinta-feira os sandinistas: É uma questão de tempo. Somoza não passa deste ano. Sandino vive! (C.T.)

## ¿Donde estan?

"Onde estão nossos filhos? As mulheres matagalpinas, mães de família, irmãs, filhas e cidadãs em geral, fazem hoje um apelo desesperado ao povo nicaraguense, meios de difusão, organizações populares, igrejas cristãs, Cruz Vermelha Internacional, comissões nacionais e internacionais de direitos humanos, correspondentes estrangeiros e irmãs centro-americanas, para comunicar-lhes por este meio a selvagem agressão repressiva de que foram objeto nossos filhos, menores de idade e estudantes secundaristas e de primário, por ocasião dos trágicos fatos sucedidos em nossa sofrida e combativa cidade.

Nossos filhos foram encarcerados pela polícia política do regime e transladados às masmorras da Oficina de Seguridad, sem terem mais delicto que o protesto desesperado e valente contra a ditadura somozista e as injustiças cometidas dia a dia contra nosso povo. Onde estão nossos filhos? Ajudem-nos, mulheres de Nicarágua, Centro-América e do mundo! Não submetamos nossa juventude à tortura e à ignomínia!! Exigimos para eles o respeito de todos seus direitos humanos, as garantias constitucionais e códigos de prisioneiros. Desejamos tê-los conosco!! Exigimos sua imediata libertação!!! POR UMA NICARÁGUA LIBERTADA/AMPRONAC DE MATAGALPA.

# VIRAMUNDO

## Carter, que direitos humanos são estes?

Denúncias de maus-tratos e violências contra prisioneiros são cada vez mais frequentes por aqui. Os presos de Norfolk, no estado de Massachusetts, EUA, entraram em greve em sinal de protesto contra a colocação em isolamento de alguns prisioneiros e contra restrições a direitos de visita.



de", a política de "direitos humanos" de Carter vai ficando mais clara: enquanto os gastos com armamentos e com a CIA continuam aumentando substancialmente, verbas para creches, seguro social, serviços médicos, seguro social, etc, são cortadas sistematicamente. Ao mesmo tempo as prisões vão ficando lotadas, sem as mínimas condições para uma sobrevivência digna e humana.

A resposta do governo foi clara. Três dias após o início da greve, até mesmo as visitas de advogados foram proibidas e os líderes da greve foram transferidos para a prisão de máxima segurança de Walpole, onde 12 deles iniciaram uma greve de fome. Poucos dias depois, todos os prisioneiros de Walpole se uniram ao movimento grevista denunciando uma escalada na violência policial dentro daquela instituição.

A situação atual nas prisões norte-americanas não é nada mais que o reflexo do que vem ocorrendo na sociedade americana em geral. A grande maioria dos indivíduos que se encontram encarcerados nos EUA é de vítimas do desemprego, da discriminação econômica, social e racial, da violência policial, e da pobreza. Acabam forçados a cometer "crimes contra a sagrada propriedade privada" a fim de sobreviver, contestando assim as bases do sistema capitalista aqui existente. Muitos, por sinal, não são nem "culpados" pelos crimes de que são acusados, mas sim vítimas de um sistema judiciário que muito claramente discrimina pessoas pertencentes às minorias raciais ou de origem humilde, e mais claramente ainda protege os reais criminosos como Nixon e muitos outros.

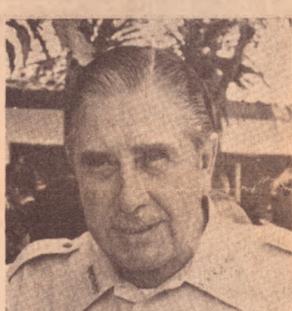
A medida que a crise econômica se aprofunda e que os problemas sociais se agravam com o aumento da "criminalida-

A greve, que vai entrando agora em seu segundo mês, e que vem contando com o apoio de vários grupos comunitários da região, é um sinal do nível que as tensões sociais vêm atingindo por aqui como resultado da crise atual.

(José Sérgio, de Boston)

## CHILE Pinochet vai entregar Contreras

Mal Pinochet acabou de festejar o quinto aniversário do golpe que derrubou o governo socialista de Salvador Allende, os Estados Unidos pediram formalmente a extradição dos três oficiais chilenos acusados do assassinato de Orlando Letelier. Trata-se do general Manuel Contreras (íntimo auxiliar do ditador e ex-chefe da famigerada Dina), tenente coronel Pedro Espinosa e o capitão Armando Fernandez Larios.



exilados cubanos anticomunistas, que botaram uma potente bomba no carro do diplomata chileno. Morreram ele e sua secretária, a norte-americana Ronni Moffitt. Chega uma hora em que as ditaduras começam a entregar seus próprios criminosos.

Letelier foi embaixador em Washington, chanceler e ministro da Defesa da Unidade Popular.

Depois do golpe, em 13 de setembro de 1973, o ex-chanceler foi preso e torturado, passando um ano na inóspita ilha de Dawson. As pressões internacionais forçaram a ditadura chilena a permitir que ele se exilasse nos Estados Unidos.

Talvez acreditando que a CIA tivesse poderes absolutos, os agentes da Dina - dirigidos por Contreras - ousaram assassinar Letelier no centro de Washington, no dia 21 de setembro de 1976. Usaram para tal

(Cleide One)

## ÁFRICA DO SUL Renúncia, um golpe de Vorster



Depois de 12 anos à frente do regime colonialista branco da África do sul, o primeiro-ministro John Vorster anunciou na última quarta-feira sua renúncia, colocando-se entretanto a disposição do Partido Nacional para assumir a presidência do país, que se encontra vaga desde a morte de Nicola Diederichs, há pouco menos de um mês.

O vice-presidente da Swapo Mishake Muyongo, falando em Lusaka (capital da Zâmbia), ainda fica a sede da organização, deixou bem claro que a guerrilha já tem tudo preparado para impedir que o regime de Pretória (capital administrativa da África do Sul) resolva a questão da Namíbia à sua maneira.

A jogada de Vorster, contudo, não parou aí. Em seu discurso, ele anunciou que o governo sul-africano já decidiu realizar eleições gerais na Namíbia até o final deste ano. É uma tentativa clara de perpetuar o regime do apartheid (discriminação social, econômica e política contra a maioria negra) e a dominação da África do sul sob

a antiga colônia alemã, na medida em que a ONU já está elaborando um plano (que inclui a Swapo - oposição guerrilheira) para a independência da Namíbia. O plano da ONU, ainda não aceito pela Swapo, prevê eleições para o ano que vem, sob a supervisão de 7.500 soldados da organização internacional.

## Anistia no México

O Congresso do México aprovou na última quarta-feira um projeto de anistia ampla para os presos políticos, apresentado pelo presidente José Lopez Portillo. De acordo com a Anistia Internacional, existem no país 197 presos políticos e 210 pessoas desaparecidas após terem sido detidas pelos órgãos de segurança. O governo mexicano, contudo admitiu existência de 122 presos, condenados e detidos por atividades guerrilheiras e vem fazendo ouvidos de mercador para as denúncias de desaparecimentos.

o projeto de lei, e uma avaliação de cada caso a ser considerado. Deste modo a aplicação da anistia não se dará imediatamente nem antijurídica, de fato, a todos os presos e perseguidos políticos.

Os deputados ao parovarem a anistia ampla exigiram como condição que as autoridades judiciais apresentem formalmente uma declaração, concordando com

O governo de Lopez Portillo, que está encaminhando um processo geral de reformas institucionais tem procurado dar maior flexibilidade ao regime existente no país, principalmente no que se relaciona com a estrutura partidária. O Partido comunista já foi legalizado e existe um projeto de legalização de várias outras correntes de oposições inclusive as de tendências revolucionárias. A anistia aprovada, que se diz ampla mas que é parcial, é um dos itens das reformas de Portillo.

Jorge Semprun,  
em entrevista exclusiva:

Um dos temas sempre presente nos seus livros e filmes é, sem dúvida, o papel da memória. Esta, aparece como uma arma apontada contra a mentira, a censura e os fatos históricos "reelaborados". No seu último livro ela aponta, sobretudo, contra o subjetivismo na política em geral e, em particular, contra aquele subjetivismo que você enfrentou na sua vida militante. O que a memória significa para você?

— Minha experiência pessoal mostra uma certa evolução em relação a essa questão. No início, os problemas da memória me interessaram literariamente e não posso dizer que conscientemente tivessem um objetivo político. Por exemplo, quando escrevi e publiquei o meu primeiro livro ("A longa viagem") não coloquei deliberadamente as questões vinculadas à memória da Resistência e da viagem ao campo de concentração alemão com tal objetivo. Naquele momento, os conflitos políticos no interior da equipe dirigente do PCE não haviam ainda se cristalizado e então não posso dizer que a busca da minha memória tivesse algum caráter de crítica política ao subjetivismo. O que, sim, se pode dizer, é que eu tinha uma predisposição estético-literária para esta questão, talvez por razões bastante íntimas e pessoais. O exílio, da Espanha para a França, logo seguido pela experiência da clandestinidade durante a Resistência, a passagem pelo campo de concentração alemão, e depois de um breve espaço de tempo em Paris, a volta à clandestinidade na Espanha, me colocou frente ao problema da identidade: quem é essa pessoa que está sempre vivendo com papéis e documentos falsos, aparentando ser outra para sobreviver na clandestinidade e desenvolver-se?

Pouco a pouco, no entanto, isto vai evoluindo em direção à projeção política, isto é, uma reconquista da memória, uma crítica ao subjetivismo de um grupo político dirigente, de um aparelho político. Até que deliberadamente, em particular na "Autobiografia de Federico Sanchez", a investigação da memória, o trabalho de memorizar é feito contra a desmemória. Esta sempre me chamou a atenção por ser tão comum e generalizada e porque se reproduz em todos os Partidos Comunistas de tradição "kominteniana" (Internacional Comunista ou III Internacional). Como são partidos que tiveram durante toda sua história uma série de viradas bruscas e pragmáticas, quase sempre determinadas pelo zigzagues da política stalinista, não analisaram criticamente essas viradas, nem as expuseram historicamente aos militantes, permitindo a existência de uma transição de um período a outro que leva à desmemória. O fato de que tenham sido incapazes de escrever sua própria história é bastante significativo.

Mas tudo isso se acumula e se multiplica no PCE dadas as particularidades da história desse partido. O PCE foi uma pequena seita manipulada pela Internacional Comunista até os anos 30. Cresce durante a guerra civil e, por razões muito peculiares, cresce como "partido da ordem", como partido do aparelho de Estado e não como partido de massas e da revolução. O fato de haver assumido parcelas do aparelho de Estado lhe permitiu exercer o stalinismo de maneira diferente dos outros partidos comunistas ocidentais. Por exemplo, ele participou da liquidação do POUM (Partido Operário de Unificação Marxista) e dos chamados trotskistas — que na verdade não eram trotskistas pois estavam em desacordo com Trotsky. Esta foi uma oportunidade a mais do PCE, isto é, de dentro do aparelho político do Estado, liquidar com os "trotskistas". É um partido cuja memória está muito mais carregada que a dos outros partidos comunistas não apenas de guinadas pragmáticas como também de coisas inexplicáveis. Por isso me pareceu importante, na autobiografia, recordar coisas para que os militantes de base tenham a possibilidade de assumir criticamente sua própria história. Mesmo que a história nunca seja totalmente transparente, ao menos que as coisas opacas sejam submetidas à crítica militante. E o PCE é um partido muito jovem quanto à idade dos militantes, talvez um dos mais jovens da Europa e com a direção mais velha.

— Mas este exercício da memória, tal como se apresenta no livro, não deixa de ser a sua visão subjetiva. Em que medida, partindo da memória, ao mesmo tempo em que você critica o subjetivismo de um aparelho político (como o PCE) se poderia evitar o subjetivismo do autor?

— Pois bem. Num primeiro momento, a essa desmemória coletiva se opõe uma memória individual. Mas com esse livro, a "Autobiografia", apenas se inicia uma reconquista, não só da memória, mas ainda de dados da história. Ao lado de interpretações subjetivas e eventualmente até errôneas — e as interpretações pessoais, apresentadas na primeira pessoa, são confessadamente subjetivas — os dados históricos constantes do livro, são afirmações baseadas em discursos ou documentos e portanto são irrefutáveis. E, nesse sentido, ninguém na Espanha tentou rebatê-los. Tentou-se fazer uma manobra diversionista dizendo que o livro fazia parte de uma campanha executada ao mesmo tempo pela CIA e pela KGB contra o eurocomunismo e o PCE. Foi o que disse a princípio Carrillo. Mas em seguida, abandonou essa versão por ser demais absurda. Passou então a dizer que o livro repetia calúnias, mas não especificou quais. Posteriormente tentou desmentir certas passagens do livro, mas afirmando contra verdades facilmente demonstráveis, atribuindo, por exemplo, a Claudin coisas que não são verdadeiras porque não coincidem com as datas. De qualquer forma, na entrevista recente em que tenta esse desmentido, Carrillo diz algo que já deveria desqualificá-lo como testemunho histórico: "Nunca escrevi minhas memórias, porque um político nunca pode dizer toda a verdade". Com o que, naturalmente, se encerra toda discussão. O que é "toda a verdade"? Trata-se de uma concepção da verdade e da política que é muito sintomática, tipicamente stalinista. Como um político nunca pode dizer toda a verdade, a política, por conseguinte, é a mentira. Mas a mentira contra quem? contra as massas, é claro.

Como próximo passo, estou escrevendo um ensaio de tipo teórico (a palavra é meio grandiloquente) sobre o eurocomunismo espanhol e um trabalho de maior alcance sobre a história do partido. Mas este último representa um trabalho enorme que terá de ser coletivo. Ele começa a ser feito na Espanha, com jovens militantes, que foram comunistas ou continuam a sê-lo. Já saí um resumo da história do PCE, obra crítica, bastante bem feita, que abarca da fundação até 1939. Quanto a mim, pretendo estudar 3 épocas que me parecem fundamentais: a guerra civil; a guerra fria, e a época em que, passada a repressão mais violenta, o partido tenta, ainda na clandestinidade, sair à conquista das massas através da estratégia da luta pacífica de massas. Conheço este último período a partir de postos de direção, ou de responsabilidade, e vou fazer um ensaio sobre o período — de 1954 a 1964, ano da nossa expulsão, minha e de Claudin. Será necessário consultar documentos que são facilmente acessíveis. Os arquivos a que não terei acesso são os que contém os informes do interior do país. Mas eles não mudam a orientação geral e concreta, que consta da imprensa do partido. E mesmo através de meu arquivo pessoal poderei reconstituir essa linha geral.

Para terminar a pergunta, a memória, neste caso pessoal e subjetivo, cumpre um primeiro objetivo político. É preciso, depois, reconstituir a memória coletiva da história.

Essa conjunção entre a ótica subjetiva e a história real está muito presente em sua obra, mas o centro parece ser sempre a memória de um personagem, onde a sua própria história entra bastante. Sendo a memória a sua fonte, ela não ameaça esgotar-se?

JS — Essa relação com a memória vai continuar havendo nos meus próximos livros. Eu não sei escrever de outra forma. Vou produzir dois tipos de livros. (Falo de literatura propriamente, deixando de lado os livros de tipo histórico-políticos.) O tipo de livro que, sem ser tão autobiográfico como a "Autobiografia de Federico Sanchez", tenha um contato quase direto, quase imediato com a experiência pessoal. É o tipo de livro de ficção total como "A segunda morte de Ramon Mercader" e a novela que estou quase acabando que são concretamente relacionados, através de mediações muito complexas e às vezes até sofisticadas, com a experiência pessoal. Enfim, creio que se trata de um fenômeno muito comum entre os escritores, com exceção dos de tipo "industrial", que fabricam duas a três novelas por ano, (e não vai aqui nenhum juízo de valor, as vezes elas são bem boas). Para mim as coisas não são assim. Em primeiro lugar, eu escrevo pouco. E quando escrevo, é por uma necessidade pessoal que, é claro, relaciona muito o geral com a experiência individual. E, afinal, por sorte ou por azar, ainda tenho muitas coisas para contar, seja sob a forma de relato, seja sob a forma de novela. Mas ainda que se situasse no século XVIII uma novelinha teria algo a ver com minha experiência.

# Os partidos stalinistas não têm memória

Jorge Semprun, autor de "A Longa Viagem" (1963) e "A Segunda Morte de Ramon Mercader" (1969) ambos premiados, roteirista de filmes como "Z", "A Confissão", "A Guerra Acabou", e vários outros não é apenas um escritor famoso.

É o exilado espanhol que com 14 anos participou da Resistência Francesa e foi enviado pelos alemães, em 1943, para o campo de concentração de Buchenwald.

É Federico Sanchez, um dirigente clandestino na ditadura de Franco.

É um dos membros da direção do Partido Comunista Espanhol que, em 1964,

juntamente com Fernando Claudin, foi expulso do partido.

De lá para cá vem tentando trazer ao público e refletir sobre as recordações dessa militância marcada pelo stalinismo e pela "ausência de memória".

Seu último livro, "A Autobiografia de Federico Sanchez" vem tendo a maior repercussão na Espanha, onde já alcançou uma vendagem de 250 mil exemplares.

Jorge Semprun recebeu ao EM TEMPO em Paris para falar sobre sua obra literária,

as relações do intelectual com a política, a situação política na Espanha, o PCE, o Eurocomunismo, a luta pela democracia e pelo socialismo.



Por Eder Sader e Jorge Mattos de Paris. (A segunda parte será publicada no próximo número).

## A contradição entre o intelectual e o partido

Numa entrevista dada a "Nouvelles Littéraires", você disse que há uma incompatibilidade real entre a atividade de um intelectual e a participação num aparelho político. Você pode explicar isso?

— Bem, houve uma pequena confusão, comum nas entrevistas. Eu não falei da experiência partidária em geral, que é um problema demasiadamente delicado e complexo para ser abordado numa entrevista assim. Eu me referi concretamente a um tipo de partido, isto é, às possibilidades de desenvolvimento de uma atividade político-intelectual — portanto profundamente crítica — num aparelho histórico de tradição stalinista.

Mas eu acho também — e isso não tem porque ser negativo, pode até ser uma fonte de desenvolvimento político — que existe sempre uma certa contradição entre o tipo de investigação política que um intelectual pode fazer e as necessidades políticas imediatas. E quando digo intelectual, não me refiro a origem de classe. É verdade que nas sociedades que conhecemos existe uma certa coincidência entre ser intelectual e ter origem burguesa, mas isso não é obrigatório. Para mim, um dirigente político comunista com 30 anos nessa função, ainda que seja de origem operária, é um intelectual. Há uma contradição que, repito, pode ser positiva, entre a pesquisa teórica e a prática política, que sempre gera ideologias, gera a necessidade de uma moral combativa, de tornar os objetivos mais próximos para animar os militantes. De dizer, por exemplo, "Pinochet está caindo", ou "A ditadura está caindo". Coisas que estão baseadas em fatos reais mas em geral exagerados. É um processo que deve ser criticado mas

que é inevitável. A meu ver, o grande erro de Althusser, por exemplo, foi ter pensado que o marxismo é uma ciência pura. O marxismo é uma prática. E, precisamente porque é uma prática, gera ideologia, ideologia no sentido estrito da palavra, de uma visão das coisas que ajuda a fundir um grupo militante, mas que também tergiversa a realidade. Isso é inevitável. Mas todo o problema começa quando se nega essa contradição e não se faz dela algo operativo. Porque se ela é admitida, ela passa a funcionar, ajustando uma visão entre intelectuais e não-intelectuais, entre dirigentes e bases, entre militantes e massa e então está bem. Porque uma visão ideológica das coisas é necessária desde que submetida à crítica. Se não ser parte da visão de que o inimigo é derrotável, não se luta. E é esse grau de verdade que Carrillo maneja com muito sofisma dizendo: "Como?"

Se desde 39 tivéssemos dito que Franco morreria em sua cama, não mobilizaríamos ninguém?" Claro, mas isso ninguém poderia sequer saber. Já não seria mais político e sim astrologia. O fato é que se pode mostrar que é necessário lutar sem ter que dizer que Franco está caindo a cada minuto. Assim há um equilíbrio na coisa. Pois quando não há é porque aquela contradição não funciona. Essa é a meu ver a contradição que o intelectual enfrenta. Intelectual, bem entendido, quando é um marxista e não um intelectual puramente burocrático, que não faz mais que cantar loas ao partido em música, em poemas ou em artigos que dizem apenas o que os outros dizem, mas sem nenhuma análise real. Quando se nega essa contradição o partido estanca. Ela então se exaspera e assume formas quase insuportáveis em partidos de tipo da tradição stalinista.



## O PCE e a máscara da social-democracia

Mas como você vê as mudanças ocorridas no PCE?

São mudanças muito importantes, não há dúvida, embora hoje seja muito difícil saber aonde vão levar.

Em primeiro lugar, o partido passou de 25 a 30 mil militantes, na época de semi-clandestinidade (que vai desde a morte de Franco até sua legalização), a 200 mil agora. É verdade que são cifras oficiais algo exageradas, mas, de qualquer forma, é um auge impressionante. 90% dos que ingressaram no partido são jovens, não apenas de idade mas também de militância, e chegam à vida política num momento em que todos os problemas sociais eclodem. É evidente que na Espanha as coisas estão se transformando rapidamente, irrompendo uma sociedade sob instituições que estavam paralizadas. A transformação da estrutura social está se dando num processo muito mais acelerado do que qualquer outro país da Europa. O problema da mulher e do feminismo, da universidade e da cultura, da liberdade sexual e do trabalho tudo. E disso, praticamente todos os partidos, desde o PS, o PC e os que estão à esquerda do PC, não se ocupam. Só se ocupam da esfera política e muito pouco da esfera social e da vida cotidiana.

Mas, voltando ao PC, dizíamos que os militantes entram em atividade nesse momento, de enorme democratização, com ganas de fazer política verdadeira e com uma visão muito mais aberta das coisas, sem a sacralização do partido que marcou nossa experiência quando começávamos a ser militantes,

há 35, 40 anos atrás. Ela ainda existe, é certo, mas muito menos. Hoje é comum na imprensa oficial do partido, mas financiada por ele, artigos bastante surpreendentes de jornalistas jovens, sobre a política do partido, num tom de crítica e de ironia.

E isto se manifestou nos debates do Congresso. O PSUC (o partido comunista da Catalunha) tem hoje uma real autonomia e continua a rechazar por maioria os pontos fundamentais das teses de Carrillo. O PCE é hoje um partido atravessado por diversas correntes: Social-democratas, que apoiam o eurocomunismo de Carrillo apesar de não apreciá-lo como dirigente; correntes democráticas que poderiam ser classificadas de eurocomunistas de esquerda, que procuram fazer a crítica do modelo russo e do partido único através de um pluralismo revolucionário e não social-democrata. Existem grupos leninistas reais e grupos stalinistas. Enfim, múltiplas correntes. O Congresso foi um momento de culminação desse processo de um debate muito rico, ao qual parece se suceder um refluxo. Os documentos do Congresso ainda não foram publicados e é preciso ainda vê-los para se fazer uma idéia mais precisa. Mas o que já se pode ver claramente, é que, ao nível da direção, as mudanças foram mínimas.

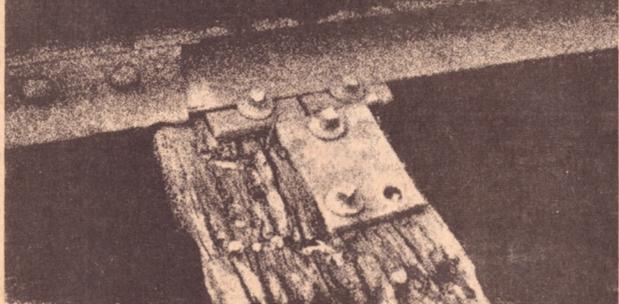
A estratégia de Carrillo é muito simples. Trata-se de diluir a liberdade do militante numa liberdade de expressão muito ampla. As cédulas foram suprimidas sob o argumento de que eram recordações de uma época passada de clandestinidade, e voltou-se à velha prática social democrata de amplas

agrupações territoriais, locais ou de empresa. Em lugar de células de 15, 20, ou 30 militantes, temos agrupações de 100, 200, 300, 400. Argumenta-se: isso é democrático, pois todo mundo fala. Sim, mas quem dirige? Numa assembleia desse tipo, dirigem os profissionais, os funcionários permanentes, os quadros do partido. A vida política, aparentemente enriquecida, se dilui. O mesmo foi feito com os órgãos de direção. O Comitê Executivo — o Biro Político dos velhos tempos — tem agora 45 membros. Ora, todos sabemos que para fazer uma rápida discussão sobre um problema político importante, 45 pessoas é um número inviável. Criou-se então uma Comissão Permanente do CE, uma espécie de super-secretariado, onde estão apenas os fiéis incondicionais de Carrillo. É um trabalho muito habil de, para usar uma metáfora aproximativa, promover uma social-democratização do partido mantendo-se as estruturas stalinistas de concentração do poder num número bem limitado de pessoas escolhidas de cima. A onda de democratização real impulsionada pela base foi detida num certo momento e veio o impulso de cima. O que acontecerá? Não posso fazer prognósticos. Os prognósticos costumam resultar falsos, principalmente quando feitos com certa paixão. Mas é evidente que existe uma contradição latente do PCE cujo desenvolvimento dependerá não só do que se passe em seu interior mas também do contexto da vida política na Espanha.

O problema grave da Espanha hoje não é o de que a transição se faça de forma moderada. Não é sequer de que

ela se faça sob a hegemonia burguesa, porque, bastava analisá-lo antes, isso era inevitável. O problema grave é que se produz um abismo cada vez maior — ainda que não claramente perceptível — entre a esfera política e a esfera social. Entre a Constituição que está sendo elaborada e votada e os problemas sociais. Entre os pactos sociais que se fazem para manter o status que é a realidade das lutas de massas explodem em todas as partes de forma selvagem, fora de controle dos sindicatos. Ou seja, a possibilidade de que o desencanto com a esquerda parlamentar nos próximos 2 ou 3 anos leve, por um lado — ao fortalecimento dos partidos da extrema direita, que gritam pelo restabelecimento da ordem e da autoridade... Porque é evidente que uma economia capitalista tão burocratizada e tão derremente dirigida de cima como a franquista, a democracia coloca problemas, desde que não se desmonta esse sistema econômico e esse sistema político. As greves colocam problemas. E quando não há taxis, não há restaurantes, etc, as pessoas despolitizadas — e existem muitíssimas — dizem: "Com Franco vivíamos melhor". Então há o perigo de uma radicalização de direita, de camadas pequeno-burguesas. E há também o perigo de uma radicalização de esquerda, a margem dos partidos, sem que surja uma vanguarda dessas forças. Ou seja, uma polarização sem perspectivas. Os primeiros indícios podem ser constatados nas recentes eleições parciais para o Senado. Nas Astúrias, um dos bastiões do movimento operário e popular, 52% de abstenções. Em Alicante, cerca de 48%...

## A GRANDE VIAGEM



# Padres de Belo Horizonte protestam contra o terror "Não é o Movimento do Custo de Vida que tem que dar resposta prá tudo"

Em documento enviado à nossa sucursal em Belo Horizonte, um grupo de padres daquela cidade se manifesta em defesa dos direitos humanos contra o terrorismo de direita.

E perguntam, "Denunciar métodos anti-humanos de sequestro e prisão, denunciar torturas, exigir julgamento justo dos acusados e respeito a sua integridade física e psicológica incomoda a quem?"

## OS FATOS

1. Uma ação pacífica. Um grupo de estudantes cristãos organizou uma mesa redonda sobre a Declaração dos Direitos Humanos, no Auditório do Colégio Santo Agostinho, no dia 11 de setembro. O Brasil é signatário dessa Declaração. A reunião foi pacífica em seus objetivos e em seu andamento. Mais de cem pessoas estavam presentes.

Uma reação violenta. Uma poderosa bomba explodiu no recinto, causando danos materiais e pondo em risco a vida dos presentes. Os participantes contiveram o pânico. Em ordem continuaram o debate.

2. Uma ação pacífica. Mais de duzentas pessoas se encontraram na Igreja São Francisco (Carlos Prates), no dia 12 de setembro, para uma noite de vigília e oração, em solidariedade à Cajá, membro da Comissão de Justiça e Paz de Recife e da Pastoral de Juventude da CNBB. A oração transcorreu em clima tranquilo. O povo não se intimidou pelas diversas ameaças de "dente por dente" e represálias feitas durante o dia.

Uma reação violenta. Aos quinze minutos do dia 13, na Igreja de São Francisco, na porta da Ação Social, explodiu uma bomba de alto po-

der destrutivo, causando danos materiais, susto e medo em todo o bairro.

3. Um homem pacífico. O advogado Geraldo Magela de Almeida pauta sua prática jurídica na defesa intransigente do respeito aos Direitos Humanos.

Uma reação violenta. No edifício em frente à casa do advogado Geraldo Magela, a 1h30m da madrugada, dia 13 de setembro, explodiram seu carro e mais dois outros, causando danos materiais, impedindo o repouso pacífico dos moradores, visando semear medo e pânico na população.

Interrogações. Diante desses fatos surgem perguntas na mente da população em geral: Quem? Por que? Para que? Para quem? O que defendem estes indivíduos com tais atos e métodos? Que ódio pesa sobre eles e os move? Que lucro colhem com tais atos? Que medo os arma e os torna audazes? A quem eles pretendem servir?

Debater sobre Direitos Humanos ameaça os interesses de quem? Denunciar métodos anti-humanos de sequestro e prisão, denunciar torturas, exigir julgamento justo dos acusados e respeito a sua integridade física e psicológica incomoda a quem? Padre Henrique de Moura - Secretário ad hoc - Belo Horizonte

## "Repudiamos toda a política agrária"

"Repudiamos toda a política agrária do governo que tem marginalizado a maioria dos trabalhadores e suas famílias que vivem em condições escravas", dizem os participantes do XXI Congresso Nacional de Estudantes de Engenharia Agrônoma.

Eis a íntegra do documento:

Nós, estudantes de Engenharia Agrônoma do Brasil, reunidos, por ocasião do XXI CONEEA (Congresso Nacional de Estudantes de Engenharia) diante da situação em que se encontram os trabalhadores rurais brasileiros, em todo o país, denunciada e criticada pela imprensa e por todos os setores combativos da sociedade, repudiamos todo o sistema imposto desde 1964 cujas propostas não correspondem em nada aos desejos da população em geral, e especificamente à classe dos trabalhadores rurais.

A ditadura militar foi instaurada justamente para impedir que os trabalhadores e demais classes oprimidas, lutem por suas reivindicações e sua organização, e para tanto o regime utiliza a repressão.

Não concordamos com os programas de desenvolvimento na agricultura, os quais estão voltados para os interesses das classes dominantes e donas do poder, em detrimento do trabalhador rural, cada vez mais oprimido, injustiçado, explorado e expulso da terra.

### Política agrária

Repudiamos toda a política agrária do governo que, em nome da Colonização e Reforma Agrária e em nome da justiça social e equilíbrios regionais tem marginalizado a maioria dos trabalhadores e suas famílias que vivem em condições escravas em perímetros irrigados, expulsos pelas Multinacionais (ajudadas pela polícia) das terras devolutas e em combinação com a corrupção nos cartórios, nos judiciários e entre os políticos. Os fracassos da colonização na Amazônia já são casos evidentes. Os colonos endividados com os bancos abandonaram e arruinaram as agro-vilas possuindo os trabalhadores à assalariados em Cias. Agromineiras e nas cidades.

Os latifúndios avançam nas terras do Mato Grosso, Piauí e Maranhão, beneficiados por incentivos fiscais do governo, sendo o auxílio dos latifundiários a violência e a corrupção na expulsão dos posseiros de colonização ou as fazendas agropecuárias esta levando os posseiros à miséria e a uma vida escrava (escravos brancos, peões).

Os seringueiros do Estado do Acre são explorados em todos os sentidos ocorrendo também invasões de terras por multinacionais causando enorme problema de posse da terra.

No Nordeste os perímetros irrigados submetem os lavradores a um sistema de vida que provoca um choque cultural, impondo "pacotes tecnológicos" fora da realidade da região. No Vale do São Francisco órgãos do governo desapropriam grandes áreas de terras, facilitada pelos órgãos do governo. As empresas particulares aumentando as injustiças; os posseiros são tornados bóias-frias e os meeiros e pequenos proprietários empobrecem, cada vez mais.

A exploração dos frigoríficos e o êxodo rural se fazem presentes em Santa Catarina, e as grandes cooperativas existentes são também uma forma organizada de exploração dos lavradores.

A expulsão dos colonos do Rio Grande do Sul da reserva de NONOAI pelos índios KAIGANGS é um reflexo de uma estrutura agrária concentradora na qual ambos são vítimas. Enquanto isso o Estado adota medidas paliativas transportando posseiros para o Mato Grosso, ficando estes situados em imóveis, sendo expulso de diversas formas, enquanto o Estado possui 143.000 ha de terra, que estão hoje arrendados em grande parte, a particulares: brasileiros e estrangeiros.

As empresas imobiliárias turísticas invadem o litoral. No litoral maranhense os minifundiários litorâneos são obrigados a vender suas terras a profissionais liberais e políticos. Na região de Angra dos Reis - Parati, assim como em outras regiões do país, empresas imobiliárias desobedecem o direito do usucapião e o artigo 153, parágrafo 22, da Constituição da Repúbli-

ca que reza: "É assegurado o direito de propriedade salvo caso de desapropriação por necessidade, utilização pública ou interesse social mediante prévia e justa indenização em dinheiro". Essas empresas imobiliárias usam a violência e a corrupção contra os lavradores litorâneos chegando ao ponto de incendiar cartórios e matar os seus titulares.

### Mecanização, expulsão.

No Rio de Janeiro e exploração dos trabalhadores rurais também se faz presente. Esses ganham salários de fome (Cr\$ 15,00/dia) ou são expulsos da terra para dar lugar à criação de gado, cabendo apenas terras inférteis para os colonos.

As empresas agrícolas e a mecanização no Paraná implicou a expulsão dos lavradores e a migração desses para o Paraguai e Mato Grosso, surgindo também grande número de bóias-frias. Os problemas nesse estado aumentaram quando da construção da usina de Itaipu que ocupa uma área onde viviam 8.000 famílias.

No Estado de Goiás, assim como em outras regiões do país, o aumento do número de assalariados temporários é um reflexo de uma política de mecanização e técnicas sofisticadas, através de Programas Especiais de Desenvolvimento, política essa direcionada aos grandes proprietários que, na região, formam oligarquias rurais que chegam a dominar a estrutura jurídico-política do Estado, colocando-a a serviço deles.

Repudiamos toda a política de reflorestamento do sistema a qual não reconhecemos, uma vez que destrói e depreda as florestas, especialmente as madeiras, quando não a agricultura empresarial, plantando em lugar destas uma monocultura exótica que não constitui um ecossistema e serve de matéria prima para grandes indústrias, geralmente multinacionais produtoras de celulose e outros derivados. Essas indústrias são grandes causadoras da poluição, caso bastante debatido por peritos e autoridades mundiais de ecologia.

Enfim, diante desses casos e de milhares de outros que ocorrem freqüentemente em todo o país damos nosso total apoio à todos os lavradores injustiçados, explorados e oprimidos. A todos aqueles expulsos de suas terras pela corrupção e violência de um sistema voltado para a classe dominante e para o capital financeiro internacional.

Repudiamos um sistema que impõe uma aculturação em nossas reservas indígenas, impondo um tipo de vida não compatível com as suas origens.

Portanto, manifestamos nosso total apoio:

- \* a todos os índios sob um processo de aculturação
- \* a todos os posseiros expulsos de suas terras
- \* a todos os trabalhadores rurais sob regime de escravidão nos programas de colonização do governo
- \* especialmente aos posseiros do caso de NONOAI (R.S.)
- \* aos lavradores de Tauá, Ceará
- \* aos lavradores de Coqueirinho e Alagomares na Paraíba
- \* a todos os trabalhadores explorados na monocultura
- \* a todos os pequenos proprietários explorados nas cooperativas
- \* a todos os escravos brancos das fazendas de Mato Grosso
- \* contra as acusações feitas ao bispo, agentes de pastoral e posseiros da região de Conceição do Araguaia
- \* ao povo ribeirinho do Vale do São Francisco
- \* contra a invasão das multinacionais no campo
- \* contra as injustiças e explorações dos trabalhadores rurais
- \* contra a política de Colonização e Reforma Agrária vigente
- \* contra os sindicatos rurais atrelados
- \* contra o racismo no Brasil
- \* Pela liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores rurais e classes oprimidas

O número 26 de EM TEMPO traz uma entrevista com o advogado Marco Aurélio Ribeiro sobre o Movimento do Custo de Vida.

Respeito muito a Marco Aurélio pela sua combatividade e pelo trabalho que vem realizando em prol das lutas populares e contra o regime militar. Não tenho mesmo nenhuma dúvida ao afirmar que dos candidatos populares a deputado estadual, aqui em S. Paulo, Marco Aurélio é um dos melhores. Por isto mesmo estou participando de sua campanha. No entanto acredito que nesta entrevista, Marco Aurélio emitiu algumas opiniões equivocadas a respeito do Movimento do Custo de Vida. E sem maiores delongas, vou direto ao assunto.

Em primeiro lugar, Marco Aurélio passa boa parte da entrevista, criticando o fato que a coleta de assinaturas para o abaixo assinado que chegou a totalizar um milhão e duzentos mil se transformou em um fim em si mesma. Ele diz: "Ao invés de ver o abaixo-assinado como um instrumento de mobilização, para a organização, transformou-se o objetivo do movimento em uma coleta de assinaturas. Isto na minha opinião foi um desvirtuamento dos objetivos do movimento que desde o início deveria ter sido o de organizar, conscientizar e fazer com que houvesse maior participação".

### Erros da Coordenação

Marco Aurélio está com a inteira razão quando afirma que a Coordenação do Movimento podia e devia ter feito um trabalho bastante superior de denúncia e esclarecimento à população dos reais motivos da Alta do Custo de Vida. Deveria ter dito que das poucas vezes que os boletins da Coordenação tentaram explicar os reais motivos da alta do custo de vida, colocaram o acento no lugar errado.

Primeiro, porque insistiam em considerar unilateralmente a alta do custo de vida como resultado da estrutura agrária brasileira, e quando muito da dívida externa. Poucando com isso os grandes monopólios capitalistas que têm um papel preponderante na inflação. E segundo, porque não apontaram a política econômica do governo, que deliberadamente os lucros dos capitalistas, como uma peça chave na disparada dos preços.

No entanto, sua conclusão transcrita acima é um pouco forçada. Isto porque o abaixo-assinado foi, não só um instrumento altamente mobilizador mas também um instrumento que organizou centenas de núcleos que foram recolher assinaturas em bairros e nas ruas, e um instrumento que permitiu uma participação ampla de massa na campanha contra a carestia. Na verdade, ao afirmar taxativamente que a enfiada dada ao abaixo-assinado "desvirtuou" o movimento, Marco Aurélio está indo longe demais na sua crítica aos erros da Coordenação e revelando substituição e incompreensão do papel que o abaixo-assinado deveria ter, e teve, nesta participação ampla de massa na campanha contra a carestia.

Portanto, dizer que o abaixo-assinado se converteu em um fim em si mesmo é uma afirmação imprecisa, que só serve para obscurecer a crítica esta sim correta ao fato da Coordenação ter ficado aquém das necessidades e das possibilidades na realização de uma ampla denúncia dos reais motivos da alta do custo de vida.

Proseguindo, Marco Aurélio afirma que há um problema sério dentro da Coordenação do Movimento. Ele diz: "Quando se coloca em discussão se o Movimento do Custo de Vida é um

movimento político há sérias resistências em defini-lo como tal"; e prossegue mais adiante: "não se pode, na minha opinião, levar um movimento como este apenas no campo da reivindicação econômica. Eu acho que tem que passar pra luta política".

### Questão política

Aqui, Marco Aurélio, confunde duas coisas: a necessidade da classe operária e do povo entrarem no terreno da luta política - sem o que é impossível uma solução radical para seus problemas - com a transformação do Movimento do Custo de Vida num movimento político. Isto longe de contribuir para que as massas operárias e populares ingressem mais rapidamente no terreno da luta política, só faria retardar este processo.

O Movimento do Custo de Vida é um agrupamento de diversas organizações populares e núcleos de trabalho na periferia que se dispunham a coordenar os seus esforços na luta contra um problema é comum a todos eles: a luta contra a carestia. E é justamente sendo assim que ele mais contribui para impulsionar - com a licença do presidente Geisel que diz que isto não existe no Brasil - a luta de classes. Cada uma das organizações, dos núcleos e até mesmo dos indivíduos que participam do MCV tem mil outros problemas a atacar mas o que os une ali é o que há em comum a todos: a luta contra a carestia. Quanto à política existem as mais diversas opiniões a respeito. Há desde o trabalhador que vota na Arena, mas que acha que neste particular, na questão da carestia, o governo não está certo - e portanto é preciso pressioná-lo um pouco - até o que já tem consciência dos interesses finais de sua classe. Em cima de que aspectos políticos, então, estabeleceríamos a coesão deste "movimento político"?

Naturalmente, Marco Aurélio não é partidário das ideias daquelas que decidiram "politizar" o MCV no grito, tentando transformar o ato de entrega dos abaixo-assinados num ato de protesto contra as arbitrárias prisões que se abateram sobre os membros da Convergência Socialista. De qualquer forma, querer que o movimento do Custo de Vida assumia bandeiras políticas - no grito, agindo de maneira francamente divisionista ou não - significaria excluir dele os trabalhadores menos conscientes. E isto seria um erro.

### Contra o governo

É muito mais proveitoso permitir que estes trabalhadores e donas de casa se choquem contra o governo, a partir da consciência que têm, porque é por aí que eles irão começando a perceber que o governo, não é tão bom quanto lhes parece. Essa medida que sua consciência avança eles vão participar de outros movimentos, filiar-se a outras entidades de massa, ingressar em partidos políticos etc.

Não é o MCV que tem que dar respostas para tudo. Fazer dentro do MCV a denúncia política de todos os aspectos da opressão que se abate sobre os trabalhadores é uma tarefa obviamente necessária que cabe aos trabalhadores conscientes que participam do movimento, e não ao movimento como um todo. E os trabalhadores conscientes que deixam de levantar as bandeiras políticas que interessam a classe operária e ao povo não só dentro do MCV, mas também dentro de qualquer outro movimento reivindicatório, estão deixando de cumprir o seu papel.

Creio que Marco Aurélio também acha isso, e que quando fala em resistência da Coordenação em assumir o MCV como "movimento político", como "movimento de oposição", o seu objetivo principal é criticar a Coordenação pelo fato dela ter afirmado muitas vezes que o movimento "não é contra o governo" e também pela sua insistência em convidar personalidades da Arena e do governo para aderirem ao movimento.

É claro que o MCV vai contra o governo, afinal ele (o governo) tem muita culpa no cartório. Mas uma luta econômica contra o governo, não é uma luta política, é uma luta econômica, mesmo. É um movimento que se opõe a um aspecto da política do governo, (e especialmente um aspecto de sua política econômica), não se transforma por isso num movimento de oposição amplo ao governo. Para ser oposição ao governo é necessário que no mínimo aspire transformar-se em governo. E para aspirar a isso é necessário desejar muito mais que o fim da carestia

### Polvo psicodélico

Na última parte da entrevista, respondendo a uma pergunta a respeito das possibilidades do MCV conseguir na sua reivindicação de abono salarial os mesmos resultados conseguidos pelos grevistas, Marco Aurélio aponta uma contradição entre reivindicação e o movimento. Só que ele afirma incorretamente que esta é uma contradição do próprio movimento.

Ele diz: "... quem vai pagar, quem vai pagar um salário maior, não é o Estado, mas o patrão. Então a luta por melhor salário é dirigida diretamente contra o patrão na fábrica, logo, ela é muito mais dirigida diretamente contra o patrão na fábrica, logo, ela é muito mais objetiva na fábrica do que num movimento de bairro como o Movimento do Custo de Vida. E essa uma das contradições do Movimento..."

Para ser mais preciso, ele deveria dizer que o MCV não tem condições efetivas de travar a luta por melhores salários, não por ser um "movimento de bairro" - porque necessariamente ele não tem que continuar sendo um movimento de bairro - mas porque tem que levar a luta por melhores salários aos sindicatos, as oposições sindicais, as comissões de fábrica. Se num determinado período a reivindicação de abono salarial, ainda que meio deslocada, no elenco de reivindicações do MCV, cumpria algum papel na agitação da questão salarial, ela deve ser encarada corretamente, de maneira que não surja alguém querendo que o MCV "lute consequentemente" por melhores salários, organize greves nas fábricas etc. Pois amanhã não será impossível que surja alguém querendo que ele assumia a luta por melhores salários, ou contra os loteamentos clandestinos e lá vai o MCV a transformar-se num autêntico polvo psicodélico. Isto não quer dizer que as entidades sindicais devam ficar à margem do MCV, pelo contrário, elas devem engrossar-lo para coordenar seus esforços com os demais participantes, mas na luta contra a carestia. E quanto a isso, toda a crítica à Coordenação do Movimento por não ter feito maiores esforços na tarefa de convocar as organizações sindicais para participarem do MCV, é pouca.

Creio já ter tomado demasiado espaço do jornal. Espero entretanto, que as opiniões que foram rapidamente esboçadas nessa carta, contribuam como a entrevista do companheiro Marco Aurélio efetivamente contribuiu para fazer avançar o Movimento do Custo de Vida."

Eduardo V. Raduan - São Paulo

## União e Olho Vivo

Cuba, Bolívia, Panamá, Peru e Equador já viram. Agora é a vez de São Paulo.



GRAMMA - HAVANA - 12/08/78: "A temporada do Teatro União e Olho Vivo se revestiu do maior êxito, foram realizadas dez apresentações, algumas delas em praça pública e com intensa participação popular".

EL DEBER - SANTA CRUZ DE LA SIERRA 23/01/78: "O espetáculo Unidat e Ojo Atento foi acompanhado pelo público que lotou a Casa da Cultura com grande participação, tendo retribuído ao

trabalho do Teatro União e Olho Vivo com demorados aplausos finais".

LA ESTRELLA de PANAMÁ 14/08/78: "Após a apresentação de ontem o grupo brasileiro União e Olho Vivo se coloca, sem sombra de dúvida, como a principal atração da "EXPO-PROCESSO 78" da cidade do Panamá".

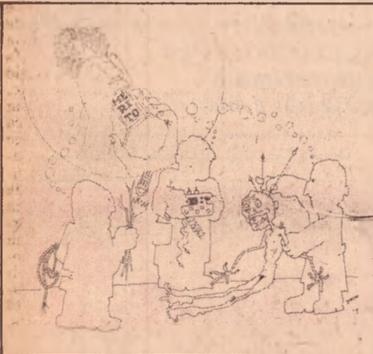
São comentários de jornais de Cuba, Bolívia e Panamá sobre o mais novo espetáculo do grupo paulista União e Olho Vivo, durante sua recente passagem

por aqueles países (além do Peru e Equador). O espetáculo, um show ainda inédito no Brasil, intitula-se "Unidat e Ojo Atento".

No próximo dia 9 de outubro, o trabalho terá sua estreia em São Paulo, às 21h, no Circo dos Bancários (Av. Voluntários da Pátria, 547), numa única apresentação em solidariedade aos jornais Versus e EM TEMPO. Reservas de convite: fones 280-4759 e 853-6680.

## Humor de Piracicaba

"Pessoal: Na qualidade de recusado do V Salão Internacional de Humor de Piracicaba-SP (inscrição nº 197, estou mandando meu despretigiado humor cinzento pra ser publicado nesse jornal, caso seja menos ruim do que a comissão julgadora achou que é. Aguardo um sinal." Dinorath do Valle - São José do Rio Preto (SP).



Aparte

Cartas, críticas, sugestões, etc., para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes deem seus nomes e endereços completos.

POLÍTICA E CULTURA: A QUESTÃO DA CULTURA POPULAR

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - PUC NEE EEE CEDEC

## O caso Valtencir:



# FUTEBOL = GUERRA

Salários baixos e bichos altos, eis aí a equação da violência que passou a dominar o futebol brasileiro.

A violência cresce nos campos de futebol e, aparentemente, não há meios de impedir isso. Pelo contrário. Embora seja um fato mais raro que no automobilismo, semana passada, todos os jornais noticiaram a morte de Valtencir, ex-craque da seleção brasileira.

Como é que é?  
É... fraturas na espinha e na coluna cervical mataram o atleta em pleno gramado!

Depois da última excursão do Brasil à Europa, nossos jogadores passaram a ser conhecidos como "os novos animais". Qual é?

O cronista João Saldanha, nesta entrevista ao EM TEMPO, depois de dizer que está se sentindo meio isolado nesta luta em prol da desportividade, dá sua versão dos fatos, apontando para a exploração de que são vítimas os jogadores e para a curriola que sustenta os cartolas, que estimulam a violência dentro de um "circo" que serve aos propósitos imediatistas eleitorais.



João, você acha que a morte de Valtencir foi um acidente?

A morte do Valtencir foi um acidente porque o rapaz que se chocou com ele não teve a menor culpa. Foi o próprio Valtencir que fez a jogada fora da lei, que proibiu o carrinho com os dois pés. É evidente que ninguém pode dizer que o Valtencir queria arrebentar o rapaz, que apenas deu um pulo para se livrar, e o acidente foi fatal. O Valtencir foi mais uma vez vítima de um contexto. Quando a gente lê no jornal que o assaltante matou, foi preso, em alguns lugares dá cadeia elétrica, foram duas vítimas. Aí

tem quem diga: é, mas na Suíça não tem assalto. Eu respondo: na Suíça não tem nem lixeiro, ou tem muito pouco. Porque lá não tem lixo! Em Copacabana e Ipanema tem mais lixeiros que em toda a Suíça. Do ponto de vista do lixo são bairros imundos!

Mas como é que o jogador é impelido à violência?

O jogador brasileiro, jogador de futebol, dentro da necessidade de homem pobre, em média, os salários não passam dos três mil cruzeiros, é uma vítima do estímulo à brutalidade. Quando um dirigente promete um bicho extra, ou muito grande, ele está estimulando a brutalidade. É óbvio que o jogador dá tudo o que tem, tecnicamente. Mas o bicho o estimula a tentar

dar mais. Tecnicamente, ele cresce, mas dá mais porrada! Baixa o pau! E os que não tem técnica, só dão porrada.

E isso não dá galho, João?

Olha, a estrutura é toda muito sofisticada. Na imprensa mesmo, e no rádio, há um grande número de infelizes, empregados de clubes, que promovem a defesa dos cartolas, dirigentes, que levam os jogadores mais violentos para serem entrevistados e lá, diante do vídeo, ficam repetindo os velhos chavões de que "futebol é esporte pra homem", que o negócio é ir lá, baixar o pau mesmo. Não é átoa que os clubes europeus já estão chamando os brasileiros de "novos animais". Novos, porque os "velhos" são os argentinos. Os clubes nem queriam ceder seus jogadores para disputar a Copa na Argentina. Depois da última excursão do Brasil pela Europa, o pau comendo solto, ficamos conhecidos como "animais"...

E os juizes, João, eles não estão lá no campo como autoridades, com o apito na boca?

Os juizes também fazem parte do contexto, do regime da boçalidade. Eles são os primeiros a dizer essas coisas, "vai nele", "dá tudo", a gente ouve os gritos dos juizes lá de dentro da geral, no Maracanã. Pode crer: os juizes estão comprometidos com o esquema.

Que é que o jogador pode fazer para se defender?

Como que ele poderia se defender? O jogador é só uma das parce-

las da grande maioria da população marginalizada. Em geral ele se apresenta como jogador de futebol. O pessoal pergunta logo de que clube. Flamengo? Inter? Tá bem. Ele é bem tratado. O Garrincha, por exemplo, parava toda a direção do Banco Nacional para ele falar, isso nos seus tempos. Hoje em dia, se o Garrincha passa na porta de uma agência do Nacional, o gerente nem deixa ele entrar. Os direitos mínimos são os direitos trabalhistas. Mas como falar em direitos trabalhistas onde não existe profissionalismo? O que existe é uma terrível dependência do tempo. Anota aí esse dado. Na França, onde o sindicato dos Jogadores Profissionais é muito bem organizado, "velhos" tem uma pesquisa que demonstra que o jogador tem uma vida esportiva, em média, de 5 anos e 4 meses. Depois, com muita pancada que leva e pouco estudo que consegue fazer, ele acaba embrutecido.

João, a que serve tudo isso?

Ah, meu filho, todo mundo sabe o que vale isso aí. O que você acha que estão fazendo com o futebol, ainda mais nesta época de eleições, ainda mais no interior? O que você acha que esses prefeitinhos do interior têm? Eles têm a polícia, que baixa o pau no povo o ano inteiro. Então, chega na hora da eleição, é no campo que eles se popularizam, dando grito, fazendo que torcem, tomando banho junto com os jogadores. Eles estimulam, junto com todos os demais, a vitória a qualquer preço.

Plínio Marcos:  
guerra é guerra!

"O futebol é o esporte do povo brasileiro, porém, e sempre tem um porém, a filosofia do regime é de transformar o homem em espectador".



Plínio Marcos, cronista, homem de teatro e homem de briga. Aqui ele fala sobre o negro no futebol brasileiro, sobre a desventuras de nosso esporte, e outras desventuras. Entrevista a Wilson Prudente.

Que relação você estabelece entre o futebol e as massas populares no Brasil?

O futebol é o esporte do povo brasileiro, porém, e sempre tem um porém, a filosofia do regime é de transformar o homem comum sempre em espectador. Então você vê o caso de São Paulo, nós já tínhamos o Pacaembu com capacidade pra noventa mil pessoas, tínhamos o Parque São Jorge, a rua Javari, a Ilha da Madeira da Portuguesa... e ainda se construiu o Morumbi, com capacidade pra cento e dez mil pessoas assistirem espetáculo de futebol. Do tempo que se começou a construção do Morumbi até hoje, eles acabaram com mil campos de várzea, isto é, acabaram com a possibilidade de milhares desta cidade sem lazer de praticar um esporte. Transformaram essa gente toda em espectadores apen-

nas. E, com isso, foram matando a alegria que existia no futebol e o futebolista boleiro passa a disputar a vaga no time como uma questão de vida ou morte. É a forma que ele tem de sair da miséria, este é o caso do negro e do branco pobre. Porque a miséria não tem cor. Ela é encardida, e pra testar o que eu digo, a gente formaria uma seleção pra ser campeã do mundo só com jogadores saídos das cidades dormitórias dos bóias-frias e das favelas; essa gente vê no futebol a única forma de escapar da miséria.

Como você vê hoje o negro no futebol brasileiro?

Não dá pra olhar o negro isoladamente no futebol, ter que olhar o negro na sociedade e ele aí tem sido marginalizado sempre. Então ele busca através do esporte ganhar status, uma vez que outros setores estão fechados para ele.

O que você pensa das torcidas uniformizadas?

A juventude brasileira está impedida de participar da sua história e de influir no seu próprio destino, pelo governo, que montado em atos de exceção se sente

com o direito de vida e morte sobre o povo brasileiro. O homem comum, sobretudo o jovem, que é cheio de energia, passa a berrar da geral sem nunca influir no resultado, e como isso o frustra ele descamba pra violência inútil.

Essa separação entre as torcidas e os clubes não interferem na paixão do torcedor?

Ele já não tem nem amor pelo clube, ele está é condicionado a ir no campo, na arquibancada, descarregar suas frustrações do dia a dia. Tem até um aspecto que merecia um estudo mais profundo, mas que a gente observa no dia a dia. É que a torcida do Corinthians, que era furiosa nestes anos todos que o Corinthians não foi campeão, até esfriou demonstrando certo interesse pelos resultados dos jogos depois que o Corinthians foi campeão e a torcida do Santos, que era pacífica nestes anos que o Santos mandava no futebol brasileiro, ficou furiosa!

Que perspectivas restam ao futebol brasileiro?

Se continuarem acabando os campos de várzea, o futebol tende a ficar cada vez mais esquematizado e burro, porque vai deixar de ser manifestação espontânea.

Mas, sobretudo, o futebol tende a perder sua força por causa da incompetência dos cartolas, vaidosos, demagogos e sem imaginação, visando mais seus interesses particulares que os esportes, e é evidente que não pode se esperar melhora nos quadros de dirigentes esportivos, quando a nação é dirigida pessimamente. O futebol tende a se esgotar.

"Se continuarem acabando os campos de várzea, o futebol tende a ficar cada vez mais esquematizado e burro".

EM TEMPO!

## Os jogadores se matam em campo

Marcos de Castro (especial para EM TEMPO)

Não vi o jogo Londrina x Colorado, que não foi transmitido ao vivo pela televisão - como não poderia mesmo ser, pois havia futebol naquela mesma hora por todo o Brasil. Vi, porém, repetidamente, o lance que acabaria provocando poucos minutos depois, dramaticamente, a morte do jogador Valtencir, que as televisões mostraram de maneira insistente, como era natural, dada a carga trágica contida no lance.

Essa repetição deixou claro que não houve qualquer maldade, qualquer conotação intencional na jogada. Para quem acreditava em fatalidade, eis aí um caso típico. Valtencir entrou firme na jogada, como era característica sua, jogador que sempre se distinguiu pelo grande empenho, pelo grande espírito de luta, com que supria uma deficiência técnica nunca desmentida. Aí entra a fatalidade: Valtencir partiu para dar o que se poderia chamar de um semicarrinho, do qual o jogador Nivaldo, do Maringá, tentou se livrar voando por cima do seu adversário, sem qualquer intenção de machucá-lo. Por azar, ao subir, bateu com a perna no rosto de Valtencir, que, atingido com violência, ainda caiu de mau jeito e sofreu fratura da coluna cervical (o popular pescoço quebrado), vindo a morrer pouco depois.

O lance em si, portanto, foi só isso. Não tem nada a ver, especificamente, com a violência que hoje domina os campos de futebol no Brasil (um futebol em franca decadência, tudo em função, sem dúvida, da política oficial do almirante Heleno Nunes na CBD). Mas, por trás do lance, é quase automática a lembrança de todos esses males,

pois outros casos semelhantes ao de Valtencir podem acontecer a qualquer momento, estão maduros para acontecer, e aí já não se poderá creditar a culpa de tudo exclusivamente à fatalidade.

Por que? É fácil explicar. A própria ruindade atual do futebol brasileiro, que nivela tudo por baixo, não é uma ruindade qualquer. Muito ao contrário, é uma ruindade quase dramática, pois é a ruindade do futebol no país do futebol; é a ruindade de um futebol que por três vezes foi campeão do mundo e sempre empolgou o público por sua rara beleza, e hoje leva esse mesmo público às vaias, à irritação, à brigada constante, através de xingamentos e de reações as mais neuróticas, com aqueles que antes eram seus ídolos. Os jogadores, por sua vez, são vítimas de uma engrenagem que ontem os endeusava e hoje faz deles espécies de bêtes noires que "ganham muito dinheiro" (eis uma boa lenda: boa para os cartolas) e não correspondem à medida de suas obrigações. Assim, eles entram em campo para ganhar na raiva, até porque já não há mais o toque sutil, já não há mais a jogada imaginativa, não há mais o amor pelo futebol fino.

Dentro dessa dura realidade, é normal o apelo à violência, que elimina como consequência natural o pouco de futebol de craque que ainda havia. Pois os craques são envolvidos pelo círculo vicioso da violência, não há como entrar numa área com um dribble de efeito, as tabelinhas de Pelé e Coutinho hoje já não teriam o mesmo efeito: ambos seriam espanados por um Abel qualquer (que aliás, coitado, nem parece um jogador

maldoso, apenas um jogador rombudão).

A visão do primeiro capítulo está completa: foram-se os craques, a violência nivelou tudo (alguém é capaz de apontar o grande ídolo do futebol brasileiro de hoje, o grande craque, o fora-de-série?). Resta levar a coisa até os bastidores, onde estão, comodamente instalados e sustentados pelo mesmo sistema que nos domina há 15 anos, o almirante Heleno Nunes e seus prepostos. A julgar, portanto, pelo sistema que sustenta a sua cúpula, a mudança no futebol brasileiro será lenta e gradual, quer dizer, a longuíssimo prazo.

Como age o almirante Heleno Nunes para destruir coisa de tão sólido prestígio durante tantos anos? Primeiro, criando um Campeonato Nacional exclusivamente político, onde cerca de 80 times jogam de três em três dias, hoje em Manaus, amanhã em Fortaleza, mais 72 horas adiante em Florianópolis. Os mais criteriosos observadores estrangeiros já comentaram o absurdo, porque comparam esses campeonatos com os de suas terras e não entendem mais nada. Não era preciso tanto, porém. Qualquer criança de bom-senso é capaz de ver o disparate. Só o almirante da Arena não enxerga um palmo adiante do nariz.

Quando alguém pergunta a ele por que não se cria uma Segunda Divisão, ele responde, fagueiro:

Não posso mandar para a segunda divisão um Caxias, por exemplo, se fiz os meus amigos de Caxias do Sul construírem um maravilhoso estádio.

O almirante é incapaz de ver que ele não tinha de ter mandado nin-

guém construir nada. Que ele só devia criar as divisões, como em todo país civilizado. Aí, o Caxias ou qualquer outro, se construísse um bom estádio e armasse um time competente, conquistaria limpamente sua vaga na Primeira Divisão. O almirante manda construir estádios, o almirante compra e vende jogadores para deslumbrados presidentes de clubes que adoram dizer que são amigos dele, o almirante faz tudo o que não podia fazer ocupando o cargo que ocupa.

Em uma palavra, o almirante está matando por asfixia lenta (mas não tão lenta assim) o futebol brasileiro. Quando ele sair, pode apagar a luz, porque não vai sobrar nada. A sua política é a da terra arrasada. Quem conversa com ele nota em 10 minutos que o seu monólogo é na base do "eu... eu... eu... eu... e eu!!!)

Além disso tudo, outro problema que está matando o futebol brasileiro é o bicho alto. O almirante também é adepto da filosofia do salário baixo a jogador - e não esquece isso de ninguém (ele conta orgulhoso um dia que deixou todo o time do Bonsucesso na base do salário mínimo). O presidente do Vasco, que dirige seu clube orientado pelo almirante, paga quase nada e promete bichos altíssimos. Os jogadores se matam em campo, vão nas canelas dos outros, para garantir o leite das crianças. E de vez em quando ainda aparecem os Charles Borer da vida para descontar 40% nos salários de jogadores. É esse o falecido futebol brasileiro: mataram a última paixão de um povo que já não tem mais onde desabafar.

